

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA MARANHENSE

▶ 2º TRIMESTRE 2016 ◀

imesc.ma.gov.br



IMESC SEPLAN





PORTMAN

IMESC SEPLAN



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA MARANHENSE

▶ 2º TRIMESTRE 2016 ◀

Bol. de Conj. Econ. Maranhense,
São Luís, v.4, n.2, p.1- 64, Abril/Junho 2016

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS



www.imesc.ma.gov.br

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

PRESIDENTE

Felipe Macedo de Holanda

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Carlos Frederico Lago Burnett

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS

Lígia do Nascimento Teixeira

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

André Luiz Lustosa de Oliveira

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

DEPARTAMENTO DE CONJUNTURA ECONÔMICA E ESTUDOS SOCIAIS

Talita de Sousa Nascimento

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E ESTUDOS POPULACIONAIS

Dionatan Silva Carvalho

COORDENAÇÃO

Felipe Macedo de Holanda

ELABORAÇÃO

Anderson Nunes Silva

Daniele de Fátima Amorim Silva

Dionatan Silva Carvalho

Geilson Bruno Pestana Moraes

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

Jainne Soares Coutinho

João Carlos Souza Marques

Marcelo de Sousa Santos

Marlana Portilho Rodrigues

Rafael Thalysson Costa Silva

Talita de Sousa Nascimento

DIAGRAMAÇÃO

Camila Carneiro

Yvens Goulart

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense
de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.
V. 4, n. 2 (Abr./Jun. 2016). – São Luís: IMESC, 2016 –

Trimestral

1.Economia – Maranhão I. Instituto Maranhense de Estudos
Socioeconômicos e Cartográficos

CDU 33 (812.1)

APRESENTAÇÃO

Tenho grande satisfação em apresentar esta edição do **Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense**. Este trabalho oferece informações e análises sobre a dinâmica recente da economia, tanto em âmbito internacional como nacional, mas sobretudo no que se refere ao Maranhão – incluindo as perspectivas do Estado a curto e médio prazos.

O Boletim é o resultado de uma das linhas de pesquisa do IMESC, instituição que reúne, sistematiza e analisa informações sobre a realidade do Estado. Este texto se destina a gestores e técnicos governamentais (subsidiando, portanto, a execução de políticas públicas), pesquisadores e acadêmicos, empresários, trabalhadores e potenciais investidores, assim como interessados em geral.

O texto está estruturado em três partes (além do Sumário Executivo):

1. Cenário Internacional, que trata da dinâmica das principais economias avançadas e emergentes.
2. Cenário Nacional, no qual são abordados de forma crítica e concisa temas como política macroeconômica, nível de atividades, inflação, comércio exterior e balanço de pagamentos, mercado de trabalho e finanças públicas, sempre com o objetivo de mapear os principais condicionantes da dinâmica da economia maranhense.
3. Cenário Estadual, em que são apresentados di-

versos indicadores da economia maranhense. O nível de atividade econômica do Estado é avaliado por meio de indicadores relacionados ao PIB, à produção agrícola, à confiança do empresário industrial, ao financiamento imobiliário e ao comércio. Além disso, há análises relacionadas ao endividamento do Estado, ao comércio exterior, ao mercado de trabalho e às finanças públicas estaduais (incluindo a avaliação da responsabilidade fiscal). Em diversas passagens analisam-se desdobramentos e impactos das principais políticas públicas sobre a atividade econômica no Estado.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Taxas de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista no Brasil (em %) – Fev a Abr/2015 **18**
- Tabela 2** - Balanço de Pagamentos Brasileiro e Reservas Internacionais (US\$ milhões) **22**
- Tabela 3** - Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, de 2014 a 2016, saldo em maio de 2015 e 2016; Variação Absoluta **25**
- Tabela 4** - Receitas e Despesas Primárias do Governo Central – Valor em R\$ Milhão, real inflacionado pelo IPCA, Crescimento (%) e Variação Absoluta. **27**
- Tabela 5** - Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA do Maranhão – 2015 e Mai/2016 **33**
- Tabela 6** - Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis MA, NE e BR (R\$ Milhões Inflac. IPCA), participação do NE e BR 2007 a 2015, taxa média de crescimento anual 2007 a 2015 (% a.a.) e taxa de crescimento 2016/2015 (%) **36**
- Tabela 7** - Evolução da Corrente de Comércio Maranhense de 2010 a 2016, valores em US\$ FOB (milhões) **40**
- Tabela 8** - Principais Produtos da Pauta de Exportações Maranhense, 2015-2016. Valor em US\$ milhões e Quantidade em 1000/ton **42**
- Tabela 9** - Composição da Pauta de Exportações Maranhenses por Destino de 2010 a 2016 (Total em Milhões e Participação dos Países no Total em %) **44**
- Tabela 10** - Importação de Gasóleo (Diesel) no Maranhão de 2014 até 2016, total de barris, Valor importado em FOB US\$ (milhões), preços em US\$ e volume em mil litros **44**
- Tabela 11** - Pauta de Importações por Categorias de Uso do Estado do Maranhão nos anos 2015 a 2016 (Composição em US\$ Milhões e Crescimento em %) **45**
- Tabela 12** - Brasil e Regiões: Geração de Emprego formal no acumulado de 2015 e 2016, saldo maio 2015 e 2016; e variação absoluta **47**
- Tabela 13** - Maranhão: Geração de emprego formal de 2014 a 2016, segundo subsetores de atividade; Estoque CLT em 2015; Saldos anual (2014 e 2015), quadrimestral e mensal (2015 e 2016) e Variação Absoluta **48**
- Tabela 14** - Municípios Maranhenses: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratação em maio de 2016 **50**
- Tabela 15** - Percentual das pessoas ocupados, por posição na ocupação e categoria de emprego, no 1º trimestre - 2012 a 2016 - MA e BR **55**
- Tabela 16** - Evolução das Receitas do Estado de 2014 a 2016 (Valores Constantes em R\$ Milhão, inflacionados pelo IPCA até abril de 2016) **57**
- Tabela 17** - Transferências Correntes para o Maranhão, crescimento real (%), participação (%) e Var. absoluta (R\$ Milhão) - entre 2015 e 2016 (Valores Constantes em R\$ Milhão inflacionado pelo IPCA até abril de 2016) **59**
- Tabela 18** - Evolução e Composição das Despesas por Grupos de Natureza a Valores Constantes (R\$ Milhão) e Crescimento (%) – 2013 a 2016 **60**

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Taxa de Crescimento do PIB de 2015 e Projeções para 2016 na Economia Global, Zona do Euro, Estados Unidos, China, Brasil e Rússia **12**
- Gráfico 2** - Taxa de Desemprego dos Estados Unidos, Brasil e Zona do Euro – Abril/2000 até Abril/2016 **13**
- Gráfico 3** - Desempenho do PIB trimestral pela ótica da oferta e da demanda no 1ºtri/15 e 1ºtri/16 **15**
- Gráfico 4** - Evolução da Produção Física industrial no Brasil por seções da indústria extrativa e de transformação, entre Mai/06 e Mai/16 **16**
- Gráfico 5** – Evolução do Índice de Confiança do Empresário Industrial- ICEI, entre Jun/10 e Jun/16 **17**
- Gráfico 6** – Evolução de IPCA acumulado em 12 meses, preços monitorados, preços comercializáveis e não comercializáveis em %, entre mai/05 e mai/16 **19**
- Gráfico 7** - Evolução do IPCA, taxa Selic e Câmbio, entre 2000 a 2015-16 **20**
- Gráfico 8** - Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre jul/16 a jul/20 em % (maio e julho de 2016) **21**
- Gráfico 9** - Evolução da Taxa de câmbio - Fim de período - mensal - u.m.c./US\$, entre Jun/00 e Jun/16 **23**
- Gráfico 10** – Massa de rendimentos reais* (R\$ em bilhões) e Taxa de desocupação (%), por trimestres móveis, de Mar/12 a Mai/16 **24**
- Gráfico 11** - Resultado Primário do Setor Público em % PIB – 2002-16 **26**
- Gráfico 12** - Dívidas Bruta e Líquida do Governo Central – em % do PIB **28**
- Gráfico 13** – PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB – 2012 a 2017 **31**
- Gráfico 14** – Variação em Volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (Valores em %)– 2011 a 2017 **32**
- Gráfico 15** - Evolução do ICEI no MA - Abr/10 a Abr/16 **35**
- Gráfico 16** - Evolução do Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado no Maranhão – Cresc. em 12 meses (em %) – Abr/03 a Abr/16 **37**
- Gráfico 17** - Percentual de Famílias Endividadadas, com contas em atraso e sem condições de pagá-las (em %) – Mai/12 a Mai/16 - São Luís **38**
- Gráfico 18** - Preço internacional das principais commodities nas balanças comerciais Brasileira e Maranhense– maio/2000 a maio/2016 **39**
- Gráfico 19** - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, por trimestres de 2012 a 2016, (em %) **51**
- Gráfico 20** - Taxa de Crescimento do Número de Ocupados por Grupamentos de Atividade Econômica - 1º Tri 2016 em relação ao 1º Tri de 2015, Em (%) **52**
- Gráfico 21** - Rendimento Médio Real (Em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões): Brasil e Maranhão - 1º tri/2012 a 1º tri/2016, inflacionados pelo IPCA a preços de fev/16 **54**
- Gráfico 22** - Relação Despesa Total com Pessoal e Receita Corrente Líquida - Maranhão e limites estabelecidos pela LRF – 3º Quadri/06 ao 3º Quadri/15 e 1º Quadri/2016 **62**
- Gráfico 23** - Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida – Maranhão e Limite estabelecido pela LRF (em %) – 3º Quadri/06 ao 3º Quadri/15 e 1º Quadri/2016 **63**

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	10
1 CENÁRIO INTERNACIONAL.....	12
2 CENÁRIO NACIONAL.....	14
2.1 Produção Industrial.....	15
2.2 Comércio	17
2.3 Inflação.....	19
2.4 Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos.....	21
2.5 Mercado de Trabalho	24
2.6 Finanças Públicas	25
3 CENÁRIO ESTADUAL.....	30
3.1 Produto Interno Bruto.....	30
3.2 Produção Agrícola.....	33
3.3 Índice de Confiança do Empresário Industrial - ICEI.....	35
3.4 Financiamento Imobiliário	36
3.5 Comércio	37
3.6 Endividamento	38
3.7 Comércio Exterior.....	39
3.8 Mercado de Trabalho	46
3.9 Finanças Públicas	56
3.9.1 Receitas Estaduais.....	56
3.9.2 Despesas Estaduais.....	60
3.9.3 Responsabilidade Fiscal.....	61

SUMÁRIO EXECUTIVO

A economia maranhense vivencia um formidável teste de stress. No plano macroeconômico nacional, atravessamos a maior crise recessiva desde a década de 1930. Com a provável retração do Produto Interno Bruto (PIB) na casa de 3,5% em 2016, teremos no triênio 2014-2016 uma queda acumulada superior a 8% no PIB brasileiro, sendo superior a 12% no PIB per capita. O rápido crescimento do desemprego no país (que deve ultrapassar neste ano o patamar de 12 milhões de desocupados, de acordo com a metodologia do IBGE) é a face mais perversa de um processo de contração do rendimento médio real dos ocupados, atingido também pela inflação elevada e pelo crédito mais caro e mais seletivo. Está em sério risco o processo de inclusão social observado e comemorado no Brasil na primeira década do século.

Uma crise deste tamanho não teria sido produzida sem um forte abalo na confiança empresarial: o investimento agregado do país caiu mais de 20% no triênio. Isso foi agravado pela paralisia decisória que resultou da crise político-institucional em curso. A partir de certo ponto, o abalo de confiança produz um círculo vicioso, em que a retração dos investimentos leva à queda do nível de atividades, que por sua vez reduz a arrecadação. A frustração de receitas é o componente mais grave da crise fiscal brasileira no curto prazo.

Também é importante observar que muito do ajuste macroeconômico já foi realizado, com a desvalorização do real, a correção tarifária, a revisão dos programas de incentivos fiscais e a reversão do processo de expansão do crédito público. Um dos aspectos mais preocupantes da atual conjuntura relaciona-se à trajetória da taxa de câmbio. A rápida valorização do real observada nas últimas semanas contribui para a queda da inflação (que já é favorecida pelo forte ambiente recessivo), mas novamente deverá colocar em xeque a indústria doméstica, dificultando a reversão do elevado desemprego.

O Estado do Maranhão sofre de maneira muito intensa a recessão nacional, devido à forte retração nas transferências correntes, que registraram queda real de 14,3% no primeiro quadrimestre de 2016 em comparação com

o mesmo período de 2015, acumulando mais de R\$ 1,3 bilhão de perda de arrecadação no Estado entre janeiro de 2015 e junho de 2016. As transferências correntes representavam em 2015 cerca de 48% das receitas totais do Estado. O Maranhão sofre também com a paralisação do Programa Minha Casa Minha Vida e de outras obras de infraestrutura federais, a exemplo da duplicação da BR-135.

Fatores climáticos adversos são outro componente do stress que afeta a economia maranhense em 2016. A estiagem decorrente do fenômeno “El Niño”, que atingiu de forma mais violenta (embora não exclusivamente) o sul do Estado, foi a principal causa da perda de 52,3 mil ocupações no setor agropecuário do estado entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016. As perdas se concentraram em ocupações precárias (a grande maioria na agricultura familiar). Além disso, um contingente 21,4 mil trabalhadores, provavelmente egressos da agricultura familiar, se somaram aos empregados sem carteira do setor agropecuário maranhense. Tais dados sintetizam um quadro das graves dificuldades vividas por uma expressiva parcela da população rural maranhense.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do Estado, fórum coordenado pelo IBGE, prevê uma queda na produção graneleira maranhense superior a 35% na safra 2015-2016, na comparação com a safra anterior. A estiagem afetou, além das lavouras de soja e milho, os cultivos de arroz, mandioca e feijão.

O Grupo de Conjuntura Econômica do IMESC projeta queda de 3,2% para o PIB maranhense em 2016, dos quais 1,9% provém da retração da produção agrícola (-14,3%). As dificuldades enfrentadas na construção civil (paralisação de obras federais e crise no mercado imobiliário) e em comércio e serviços (contração da massa de rendimentos reais) explicam o restante da queda.

Trata-se, portanto, de um formidável desafio às políticas públicas, sobretudo no que tange ao equilíbrio fiscal, ameaçado por uma dramática frustração de receitas. Nesse aspecto, temos boas notícias: o Estado do Mara-

nhão registrou alta de 8,1% na arrecadação tributária no primeiro quadrimestre do ano. Que se explica sobretudo pelo esforço para racionalizar os regimes de incentivos fiscais e combater a sonegação fiscal. O esforço de arrecadação própria levou a uma queda de 1,7% na receita total real no primeiro quadrimestre do ano, na comparação com o mesmo período de 2015. Isso permitiu ao Estado manter a folha de pagamentos em dia (ao contrário da maior parte dos Estados), ao mesmo tempo em que se dá continuidade a estratégias de investimento importantes, como o Plano Mais IDH, o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento, o programa Mais Asfalto, a construção da rede de hospitais regionais e os investimentos em ampliação da rede de abastecimento de água, entre outros.

O forte aumento da desocupação no Estado coloca um importante desafio às políticas públicas, ainda mais em tempos de aperto fiscal, no que diz respeito a ações de curto prazo – especialmente nos segmentos mais intensivos em mão de obra, como construção civil, comércio e serviços. Os desafios de longo prazo continuam visíveis e se traduzem em oportunidades de ação, como fomento à agroindústria, aproveitamento da matriz energética e uso de logística privilegiada para acelerar o adensamento das cadeias produtivas locais

Para a elaboração deste Boletim, o IMESC contou com a valiosa contribuição do Subsecretário da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Maranhão (SEPLAN), Marcello Duailibe, e dos técnicos da SEPLAN Daniel Sá, Eduardo Henrique Pereira e Jacksson dos Santos.

Boa leitura!

Felipe de Holanda

Presidente do IMESC

1. CENÁRIO INTERNACIONAL

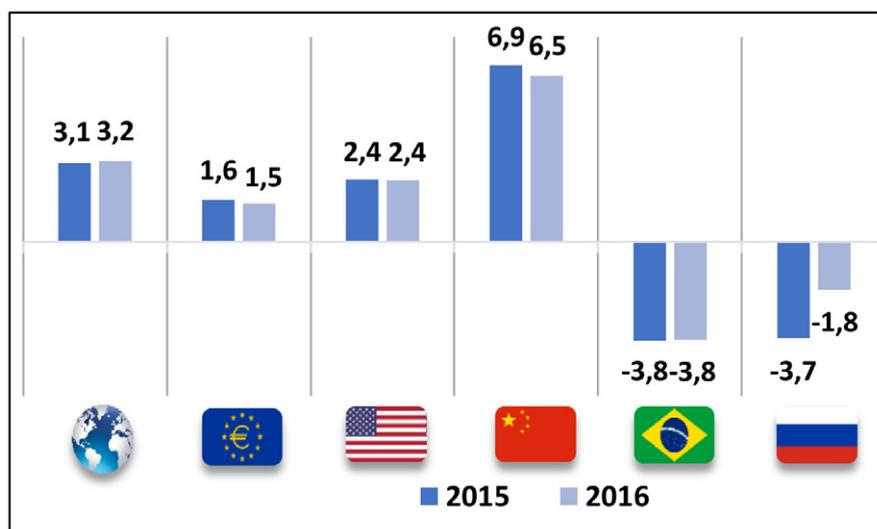
Crescimento da economia mundial deverá ser menor que o esperado.

Em relatório publicado em abril, o Fundo Monetário Internacional (FMI) elevou suas estimativas de crescimento para a economia mundial: +3,2% em 2016 e +3,5% em 2017.

Contudo, as estimativas específicas para as principais economias do mundo foram revisadas para baixo (ver Gráfico 1). Soma-se a isso o cenário ainda instável dos países emergentes. Por essas razões, espera-se uma revisão negativa ainda este ano para o crescimento mundial.

Espera-se uma
revisão negativa
ainda este ano
para o crescimento
mundial

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do PIB de 2015 e Projeções para 2016 na Economia Global, Zona do Euro, Estados Unidos, China, Brasil e Rússia.



Fonte: FMI – WEO DATA

Após a saída do Reino Unido da União Europeia, poderá haver revisão para baixo nas estimativas de crescimento mundial. Na União Europeia, o Brexit pode levar a um crescimento aproximadamente 0,5% menor que o esperado para 2016, enquanto no Reino Unido o crescimento para este ano pode ficar próximo de zero.

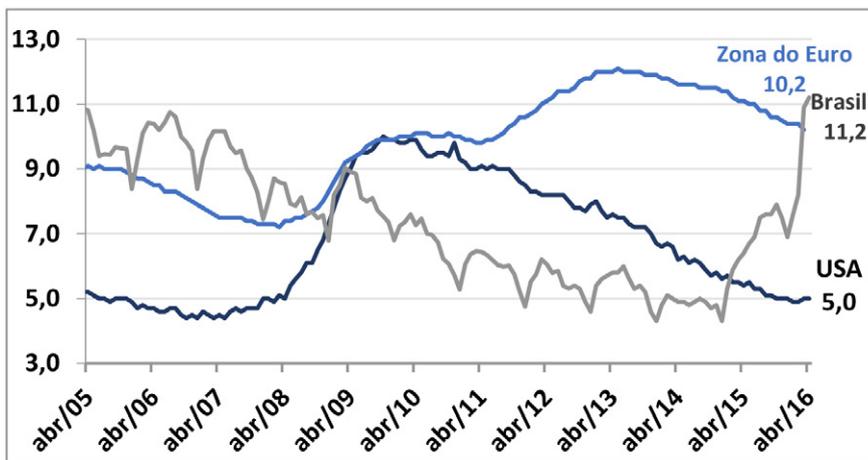
China: Economia deve crescer entre 6,5% e 7%.

Os dados divulgados pela China até maio deste ano não preveem queda drástica em sua demanda, ou seja, indicam “soft landing”.

- A China apresentou crescimento no consumo interno e no setor de serviços, e estima crescimento do PIB entre 6,5% e 7% este ano, apesar da queda na produção de manufaturados.
- Mas isso não elimina as incertezas sobre o país, já que a confiabilidade desses dados é questionável e há constantes intervenções do governo nos mercados financeiro e de câmbio.
- A menor demanda chinesa por *commodities* (que

reduz seus preços) tem prejudicado as balanças comerciais dos países emergentes, que são os principais exportadores desses produtos, como é o caso de Brasil e Rússia.

Gráfico 2 - Taxa de Desemprego dos Estados Unidos, Brasil e Zona do Euro – Abril/2000 até Abril/2016



Fonte: STATSOECD

A economia dos EUA segue próxima ao patamar de “pleno emprego”, com o nível de desemprego em torno de 5,0%. Contudo, grande parte dos empregos gerados nos anos recentes naquele país são de serviços de baixa qualificação e sensíveis a oscilações de curto prazo na economia. Já na União Europeia, o Brexit deverá ter impactos negativos significativos sobre o nível de emprego.

O Brexit pode
atrasar ainda mais
acordos bilaterais
entre Brasil e
União Europeia.

EUA: Crescimento ou arrefecimento?

O desempenho mais fraco da economia dos EUA trouxe especulações quanto à taxa de juros nesse país. A elevação que era esperada para o segundo semestre pode até mesmo não acontecer.

- Entre as razões para tal especulação estão a criação de postos de trabalho menor que a esperada em maio e a queda nos estoques do petróleo.
- Além disso, o Brexit (discutido a seguir) pode ter impactos negativos sobre os EUA.
- Nesse contexto, pioram as expectativas sobre a economia dos EUA e o dólar.
- Se o dólar continuar a cair frente ao real, as exportações brasileiras podem ser prejudicadas.

Europa: A ameaça “Brexit”¹

Na Europa, os impactos do Brexit, que pode levar até dois anos para ser legalmente finalizado, são incertos e provocam grandes oscilações de curto prazo, principalmente nas bolsas e no câmbio.

- A política monetária expansionista da Zona do Euro deve passar por reajustes devido ao Brexit (afetando, por exemplo, as compras mensais de títulos). Espera-se o afastamento da cobertura de liquidez dos títulos

¹ Refere-se a “Britain” que é um nome simplificado para Grã-bretanha e “exit” que significa saída. O termo é utilizado para representar a saída da Inglaterra da União Europeia.

de bancos europeus (estimado em US\$ 123 bilhões), redução orçamentária, alta volatilidade cambial e crescimento próximo de zero para o PIB.

- Com o *Brexit*, o Reino Unido não precisará mais enviar recursos para o orçamento da União Europeia, haverá redução no fluxo migratório e ganhos de autonomia política.

- Por outro lado, poderá haver represália nos acordos de comércio com o resto da Europa. Além disso, estima-se forte depreciação da libra, alta na inflação e queda no PIB.

- As exportações brasileiras podem ser beneficiadas caso a demanda britânica por moedas estrangeiras eleve o valor do dólar no curto prazo.

- Essas exportações também podem ser beneficiadas em caso de fracasso de acordos comerciais entre Reino Unido e União Europeia, principalmente em relação a *commodities* agropecuárias.

- Por outro lado, o *Brexit* pode atrasar ainda mais acordos bilaterais entre Brasil e União Europeia.

- Outro possível aspecto negativo do *Brexit*: a valorização do dólar pode derrubar os preços das *commodities*, principalmente petróleo, alumínio, minério de ferro e soja.

2. CENÁRIO NACIONAL

PIB acumula cinco trimestres de recuo, mas desempenho do primeiro trimestre surpreende

O IBGE aponta queda de 0,3% no Produto Interno Bruto no primeiro trimestre de 2016 (na comparação com o último trimestre de 2015), acumulando o quinto trimestre de recuos consecutivos na mesma base de comparação. Por outro lado, a suavidade da queda surpreendeu os analistas de mercado, que apostavam em um recuo mais acentuado. Desse modo, a perspectiva de queda do PIB em 2016 foi ajustada de -3,8% para -3,3%, de acordo com o Boletim Focus de 1 de julho de 2016. Isso significa o segundo ano consecutivo de recuo acentuado, com retomada prevista somente para 2017.

- Do lado da oferta, houve perdas em todos os setores, com destaque para a Indústria, que consolidou o oitavo trimestre consecutivo de queda (-1,2%), recuando 6,9% nos últimos quatro trimestres. Os Serviços recuaram por cinco trimestres, apresentando queda de 0,2% contra o trimestre anterior e de 3,7% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A Agropecuária, por sua vez, registrou o primeiro resultado ne-

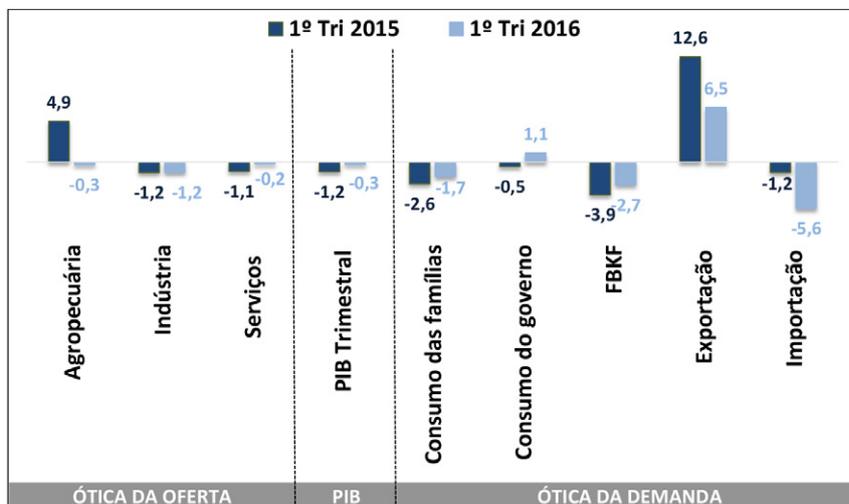
gativo para o trimestre desde 2014, recuando 0,3% no período em comparação.

- Do lado da demanda, o Investimento Agregado caiu 2,7% no primeiro trimestre de 2016 contra o trimestre anterior (com ajuste sazonal) e 17,5% contra o primeiro trimestre de 2015, influenciado pelo elevado pessimismo do empresário industrial e pela retração dos investimentos estatais.

- A Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF acumula dez trimestres consecutivos de queda. No primeiro

Suavidade da
queda do PIB sur-
preendeu mercado.
Expectativa foi ajus-
tada de -3,8% para
-3,3%

Gráfico 3 - Desempenho do PIB trimestral pela ótica da oferta e da demanda no 1ºtri/15 e 1ºtri/16



Fonte: IBGE *contra o trimestre anterior, com ajuste sazonal

trimestre de 2016, a FBCF recuou para 16,9%, patamar considerado baixo para garantir uma taxa de crescimento sustentado.

- As consecutivas quedas no nível de consumo das famílias no período de cinco trimestres finalizado no primeiro trimestre de 2016 refletem a redução da massa de rendimentos real e o crescimento do desemprego, que imprime maior cautela às famílias brasileiras.

Por fim, embora venha enfrentando frustração de receita desde o ano passado, o governo federal reagiu positivamente, elevando as despesas de consumo em 1,1%. Ainda que se questione a qualidade desses gastos, pode-se afirmar que, juntamente com o aumento das exportações, por um lado, e o encolhimento das importações, por outro, eles foram essenciais para que a atividade registrasse desempenho acima das expectativas de mercado.

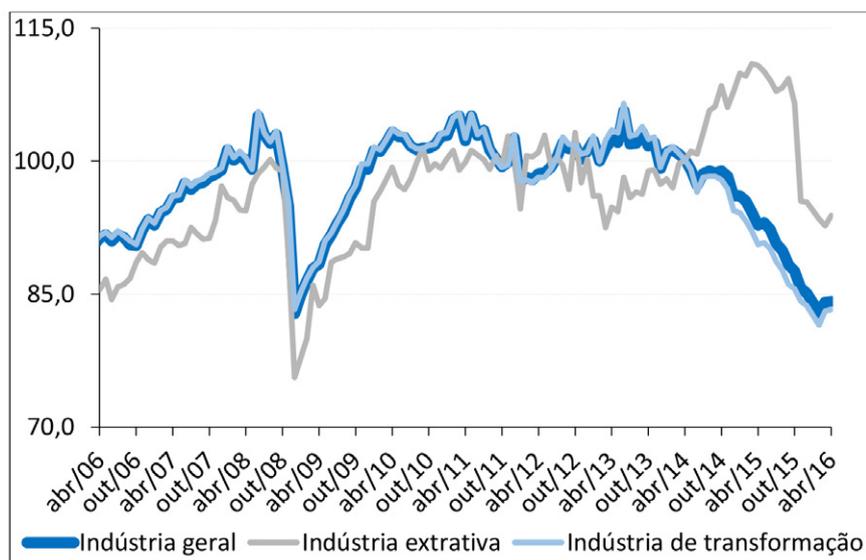
2.2 Produção Industrial

Produção industrial segue estável pelo segundo mês consecutivo

O indicador da produção física industrial mensal do IBGE ficou estável no mês de maio, com variação de 0,2% na comparação com o mês anterior (dados dessazonalizados). A relativa estabilidade adveio do recuo na

Indústria de Transformação, que se contrapôs à melhora da Indústria Extrativa. Embora o índice mensal mostre uma retomada da produção industrial com registro de três meses sem queda (o que não acontecia desde agosto de 2012), ressalta-se que na comparação interanual o recuo continua acentuado e nos últimos 12 meses encerrados em maio acumula queda de 10,1% contra o mesmo período.

Gráfico 4 - Evolução da Produção Física industrial no Brasil por seções da indústria extrativa e de transformação, entre Mai/06 e Mai/16



Fonte: IBGE

A retomada da indústria extrativa, iniciada em meados de 2013, cedeu lugar a quedas contínuas que agravaram o resultado em 2015. Por outro lado, a produção começou a mostrar sinais modestos de recuperação, embora ainda insuficientes para reverter a queda de 9,8% nos primeiros cinco meses do ano.

- A Indústria extrativa registrou expansão de 1,4% na base mensal de comparação pelo segundo mês consecutivo, refletindo o crescimento da extração de petróleo, diante da melhora nos preços internacionais.

- A Indústria de Transformação, por outro lado, apresentou relativa estabilidade (+0,25). Resultado creditado, em grande parte, ao recuo da produção em 11 das 24 atividades do grupamento (na comparação com abril) e à redução em 67,5% dos 805 produtos pesquisados na base interanual (contra maio de 2015). Isso evidencia uma alta dispersão das quedas no setor e confirma que a retomada ainda não pode ser generalizada, com atividades bem mais fragilizadas que outras.

De acordo com o Relatório Focus de 4 de julho, as perspectivas para a produção industrial em 2016 apontam queda de 5,9% em 2016 e um crescimento de 0,9% em 2017. As melhores perspectivas em relação ao início do ano devem-se, principalmente, a uma retomada moderada da confiança do empresário industrial, embora o nível de utilização da capacidade continue abaixo da registrada nos últimos cinco anos. Por outro lado, parte dos estoques já foram ajustados no nível planejado e no primeiro trimestre houve redução no ritmo de queda da demanda. Entretanto, o ambiente ainda é de incerteza, tanto no que diz respeito à retomada do consumo interno quanto à resolução do imbróglio no ambiente político.

Gráfico 5 – Evolução do Índice de Confiança do Empresário Industrial-ICEI, entre Jun/10 e Jun/16



Fonte: CNI

A reversão de tendência no índice de confiança da indústria, ainda em patamar pessimista, reflete pequena melhora nas expectativas sobre as medidas de ajuste fiscal de longo prazo anunciadas pelo governo interino, não obstante os sinais contraditórios nas medidas de ajuste de curto prazo.

Confiança do Empresário Industrial aumenta, mas ainda está em patamar pessimista

O Índice de Confiança do Empresário Industrial – ICEI subiu de 41,3 pontos para 45,7 pontos entre maio e junho, seguindo com a segunda maior taxa de crescimento consecutivo na base mensal, segundo a CNI. Essa foi a maior pontuação desde novembro de 2014 (a série histórica foi iniciada em janeiro de 2010). Embora o índice permaneça no patamar pessimista (50 pontos), o ritmo de crescimento mostra uma reversão do quadro dos últimos meses.

2.3 Comércio

Comércio varejista restrito cresce em abril, mas registra deterioração no acumulado de 12 meses

O volume de vendas físicas do comércio varejista restrito aumentou 0,5% entre março e abril (dados ajustados sazonalmente), interrompendo a queda no mês anterior e ficando dentro das expectativas de mercado. Na comparação com abril de 2015, as vendas recuaram 6,7% e a alta mensal foi insuficiente para reverter a trajetória em 12 meses encerrados em abril, que passou de uma queda de 5,8% para 6,1% (**Tabela 1**).

- As contribuições positivas para a melhora em abril advieram das atividades de Tecidos, vestuário e calçados (+3,4%) e de Hipermercados, su-

Tabela 1 - Taxas de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista no Brasil (em %) – Fev a Abr/2015

Atividades	Variação Mensal % (*)			Abr/16 (**)	Acum. ano % (**)	12 meses %
	fev/16	mar/16	abr/16			
Comércio Varejista Restrito	1,2	-0,9	0,5	-6,7	-6,9	-6,1
Combustíveis e lubrificantes	0,4	-1,2	0,0	-10,8	-9,8	-8,2
Hiper., super., prod. Alim., beb. e fumo	0,8	-1,4	1,0	-4,4	-3,2	-3,1
Tecidos, vestuário e calçados	-3,5	-4,7	3,7	-8,8	-12,2	-10,8
Móveis e eletrodomésticos	5,9	-1,2	-1,8	-10,1	-15,4	-16,2
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	0,1	0,4	-2,9	-1,3	1,5	1,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	-4,0	-0,9	-3,4	-18,7	-15,5	-13,8
Equip. e mat. Escrit., inform. Comum.	-3,0	6,3	-4,9	-14,6	-16,2	-11,1
Outros art. uso pessoal e doméstico	0,1	-1,9	2,8	-10,4	-12,2	-6,7
Comércio Varejista Ampliado	1,4	-1,3	-1,4	-9,1	-9,3	-9,7
Veículos, motocicletas, partes e peças	3,6	-1,2	-6,6	-13,8	-13,6	-17,2
Material de construção	2,8	-0,5	-4,0	-13,0	-14,3	-11,6

Fonte: IBGE (*) com ajuste sazonal (**) contra o mesmo mês do ano anterior

permercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+1,0%).

• Por outro lado, as variações com maiores impactos negativos foram: Móveis e eletrodomésticos (-1,8%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-4,9%).

Em seu conceito ampliado – que inclui o varejo e as atividades relacionadas a veículos, motos, partes e peças e Material de Construção – o volume de vendas do varejo apresentou queda pelo segundo mês consecutivo. O recuo foi da ordem de 1,4% em relação a março, puxado por Veículos, motocicletas, partes e peças (-6,6%) e Material de construção (-4,0%).

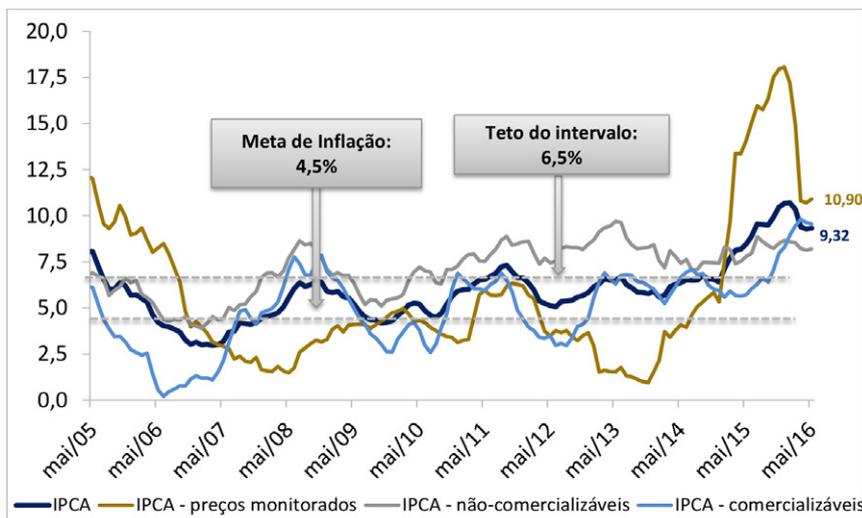
• Na comparação interanual, o varejo ampliado registrou retração de 9,1% (na comparação entre abril de 2016 e abril de 2015) e de 9,7% no acumulado de 12 meses encerrados em abril de 2016 (**Tabela 1**).

O baixo dinamismo das vendas do comércio varejista é, sobretudo, produto da deterioração da massa real de rendimentos e do aumento do custo do crédito/serviço da dívida. A manutenção dos juros na casa de dois dígitos, como política de combate à inflação, contribuiu ao mesmo tempo para comprimir o consumo e o investimento.

Apesar do ambiente adverso, prevê-se uma retomada gradual das vendas do varejo. A melhora na confiança do empresário do comércio é importante, mas ainda

muito incipiente; além disso, deve-se mais à melhora de expectativas em relação aos próximos meses do que propriamente ao presente. Diante disso, as expectativas são de que o comércio varejista restrito encerre o ano com queda de 5,0% e cresça 0,6% em 2017.

Gráfico 6 – Evolução de IPCA acumulado em 12 meses, preços monitorados, preços comercializáveis e não comercializáveis em %, entre mai/05 e mai/16



Fonte: IBGE; BCB

Apesar da trajetória declinante a partir de meados de 2015, os preços monitorados voltaram a pressionar a inflação no início de 2016. Por outro lado, os preços comercializáveis, que seguiam trajetória ascendente, começam

2.4 Inflação

Inflação volta a crescer em maio

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) subiu 0,78% em maio de 2016, acelerando frente ao mês anterior e ficando acima da taxa registrada em maio de 2015. Com esse resultado, a inflação acumulada nos últimos 12 meses encerrados em maio de 2016 aumentou de 9,28% para 9,32%, mudando a tendência observada desde fevereiro último (**Gráfico 6**). Apesar do forte recuo do nível de dispersão dos preços em relação ao mesmo período de 2015, destaca-se que o núcleo (excluindo monitorados e alimentos) permanece pressionado bem acima da meta de inflação.

- No acumulado de janeiro a maio do ano corrente, o IPCA avançou 4,05%, puxado pelas altas de 7,28% no grupo de Educação e 6,61% em Alimentos e Bebidas.

Analisando-se o IPCA por meio da variação dos preços Livres (Comercializáveis e Não Comercializáveis) e Monitorados observa-se uma preponderância dos últimos, em virtude da consolidação da maior parte dos ajustes dos preços relativos, assim como da recomposição de receitas tributárias ao longo de 2015.

- No início de 2016, os preços Monitorados desaceleraram em relação a dezembro, caindo de 18,07% para 10,7% nos 12 meses encerrados em abril. Mas em maio a trajetória se reverteu e eles chegaram a 10,9%, puxados por reajustes em Taxas de água de esgoto e Energia

Elétrica. Ainda assim, espera-se que os impactos destes sobre a inflação sejam menores.

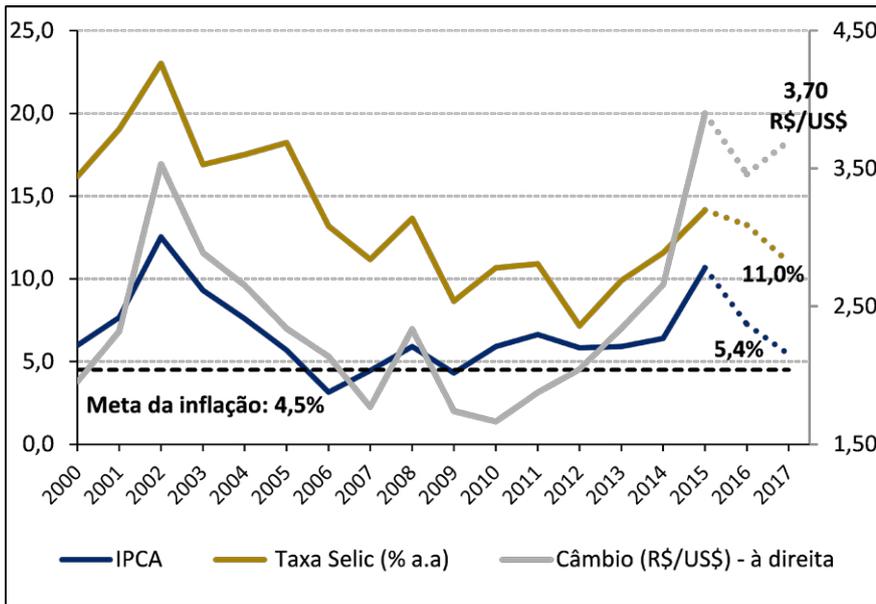
- Os preços Comercializáveis e Não Comercializáveis mantêm-se acima do teto da meta. A forte alta dos preços Comercializáveis resultou da desvalorização cambial em 2015, que contaminou os preços internos.
- Por outro lado, a apreciação do câmbio em 13,6% neste início de ano (em relação a dezembro) reverteu o crescimento dos preços Comercializáveis: de 9,64% para 9,55%.

As perspectivas inflacionárias dependem, sobretudo, da continuidade do processo de valorização cambial, à medida que os fatores que pressionaram a inflação no ano passado (correção dos preços monitorados) não se verificam mais. Adiciona-se a isso a tentativa de disciplina do ambiente fiscal e os esforços de manutenção de uma política monetária restritiva com vistas ao alcance do centro da meta de inflação.

Mercado prevê recuo da inflação para 7,27% e queda dos juros

Em 2015, a política monetária contracionista não surtiu o efeito esperado sobre a inflação, diante do realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais e da correção dos preços monitorados em relação aos livres. Ainda assim, as expectativas são de recuo da inflação para 7,27% em 2016 (dados do Boletim Focus de 1 de julho) e de 5,43% para 2017, pressupon-

Gráfico 7 - Evolução do IPCA, taxa Selic e Câmbio, entre 2000 a 2015-16*



Fonte: IBGE; BCB *previsão do Relatório Focus de 24 de junho de 2016

A inflação deverá ultrapassar o teto da meta pelo segundo ano consecutivo em 2016. Mas o Banco Central prevê que a consolidação dos choques de oferta, a redução da expectativa inflacionária dada a apreciação cambial e uma relativa rigidez da política monetária no curto prazo abrirão espaço para a convergência da inflação para o centro da meta em 2017 e possibilitarão queda da taxa de juros no médio prazo.

do-se uma política monetária menos restritiva.

- Por outro lado, o Comitê de Política Monetária (Copom)² decidiu por unanimidade, no início de junho, manter a taxa de juros em 14,25% ao ano. O comitê considerou que o comportamento moderado da demanda agregada, que pode ser influenciada tanto via aumento do consumo quanto via investimento, a melhora no saldo da balança comercial, assim como as expectativas de um produto menos inflacionário serão fatores importantes para balizar as decisões futuras de política monetária.

- Admitiu-se, entretanto, a necessidade de considerar as incertezas associadas ao balanço de risco, sobretudo ao gradual processo de recuperação dos resultados fiscais e às incertezas que assombram a recuperação da economia mundial.

- Nesse sentido, o Copom reiterou que tomará as medidas necessárias para levar a inflação para o centro da meta em 2017, descartando qualquer hipótese de fle-

xibilização da política monetária.

Banco Central busca convergência da inflação para o centro da meta em 2017 e queda nos juros

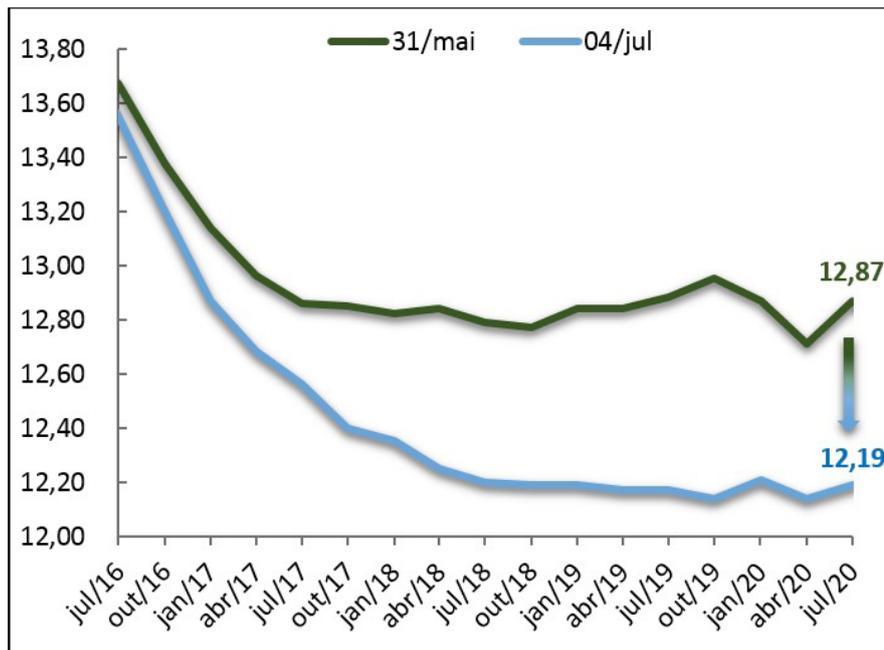
A expectativa da taxa média DI³ x pré aponta queda acelerada entre julho de 2016 até abril de 2018, conforme observado na curva do dia 4 de julho em comparação com a curva do dia 31 de maio (**Gráfico 8**). Após a declaração do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, no dia 28 de junho, de que 2017 não é um horizonte de tempo distante no que tange à convergência da inflação para o centro da meta, o mercado espera um corte nos juros⁴ até dezembro.

2 O recém-nomeado para assumir a Presidência do Banco Central, o economista Ilan Goldfajn, não participou da primeira reunião do Copom, do governo interino do PMDB, por não ter passado ainda pelo processo de sabatina da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Segundo o economista, em sua gestão, o Banco Central será rigoroso no combate à inflação, empenhando-se no atingimento da meta estabelecida pelo Copom. Para o economista, este é o caminho correto para recuperação da confiança e do crescimento do país.

3 As taxas DI x pré representam uma referência para a economia, pois indicam as expectativas (em um dia) sobre o comportamento dos juros em períodos futuros. A partir dessas expectativas, são negociados contratos de compra e venda que, por sua vez, servem como proteção (hedging) contra grandes oscilações de taxas de juros negociadas, que podem ser pré-fixadas ou pós-fixadas. Juros em queda sinalizam uma expansão do crédito no futuro e um arrefecimento da inflação, ao passo que juros em alta, apontam cenário de deterioração das expectativas com inflação elevada e restrição ao crédito.

4 Neste caso, trata-se dos juros nominais, tendo em vista que o arrefecimento da inflação mantida constante a referida taxa, eleva a taxa de juros real, o que gera um maior custo para a dívida pública e contrai ainda mais a demanda agregada. O interessante é que a taxa de juros real se encontre em um nível tal que estimule o crédito,

Gráfico 8 - Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre jul/16 a jul/20 em % (maio e julho de 2016)



Fonte: Advanced Financial Network – ADVFN/BM&F BOVESPA

De acordo com a perspectiva do mercado, publicada no Boletim Focus de 1º de julho, a previsão para a inflação em 2016 passou para 7,27% a.a. A projeção para a taxa Selic permaneceu constante em 13,25% a.a. Para 2017, o mercado prevê uma inflação de 5,43% a.a. e uma taxa Selic de 11,00% a.a.

2.4 Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos

Transações Correntes registra superávit em abril e maio de 2016, fato que não ocorria desde abril de 2009

Impulsionado pelo saldo positivo na Balança Comercial de Bens e pela redução do déficit na Balança de Serviços, o ajuste nas Transações Correntes do balanço de pagamentos vem sendo realizado, estimado para totalizar-se em aproximadamente 2% do PIB no acumulado até o final deste ano.

O saldo da Balança Comercial de bens cresceu por dois motivos:

1. A desvalorização cambial, que incentiva as exportações (mesmo com a recente valorização do real

impulsione a demanda agregada e que não exerça pressão sobre a dívida interna.

Tabela 2 - Balanço de Pagamentos Brasileiro e Reservas Internacionais (US\$ milhões)

Discriminação	2014	2015	Var. % 15/14	2015*	2016*	Var. % 16/15
TRANSAÇÕES CORRENTES	-104.181	-58.882	43,5	-35.325	-5.966	83,1
Balança comercial (Bens e Serviços)	-54.736	-19.249	64,8	-20.060	7.470	137,2
Balança Comercial - Bens	-6.629	17.670	366,5	-3.061	18.693	710,7
Balança Comercial - Serviços	-48.107	-36.919	23,3	-17.000	-11.223	34,0
Renda Primária	-52.170	-42.357	18,8	-16.094	-14.681	8,8
Rendas Secundária	2.725	2.724	0,0	830	1.245	50,0
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-100.367	-54.294	-45,9	-34.671	-3.381	-90,2
Conta Capital	231	440	90,2	112	87	-22,0
Conta Financeira	-100.599	-54.734	-45,6	-34.783	-3.469	-90,0
Investimento Direto (IDE-IDP)	-70.855	-61.576	-13,1	-15.774	-23.937	51,8
Investimento Direto no Exterior	26.040	13.498	-48,2	9.761	5.961	-38,9
Investimento Direto no País	96.895	75.075	-22,5	25.535	29.898	17,1
Investimento em Carteira	-38.708	-22.047	-43,0	-28.258	10.694	-137,8
Outros Investimentos	-3.436	23.871	-794,7	71	7.159	9.992,1
TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)	-4,4	-3,2	-28,0	-4,5	-0,9	-80,3
RESERVAS INTERNACIONAIS	363.551	356.464	-1,9	366.647	363.447	-0,9

Fonte: Bacen* janeiro a maio

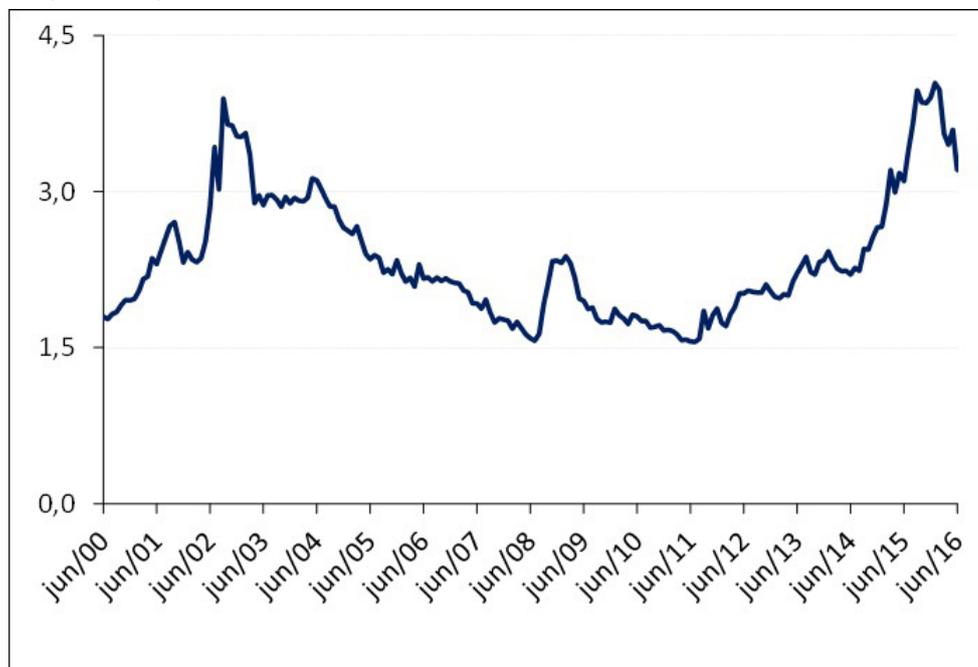
frente ao dólar).

2. A redução das importações, provocada pela baixa nos preços internacionais do petróleo e também pela recessão no Brasil.

- O investimento direto no país cresceu em relação ao ano passado, mostrando-se resiliente (após o rebaixamento de rating no final de 2015). Entre janeiro e maio, o Investimento Direto superou em US\$ 17,97 bilhões a necessidade de financiamento externo (Déficit em Transações Correntes - Investimento Direto).

- Por outro lado, comparando-se o acumulado até maio do ano corrente com o ano passado, a rubrica Investimentos em Carteira apresentou fuga dos investidores estrangeiros de US\$ 10,7 bilhões, com destaque para Investimento em ações da bolsa, e principalmente no mercado de Renda Fixa, ilustrando que os investidores de curto prazo estão com uma aversão ao risco superior aos demais.

Gráfico 9 - Evolução da Taxa de câmbio - Fim de período - mensal - u.m.c./US\$, entre Jun/00 e Jun/16



Fonte: Bacen

Sobrevalorização do câmbio alivia inflação no curto, prazo mas pode causar graves dificuldades à frente

Um dos aspectos mais preocupantes da atual política econômica do governo interino relaciona-se à trajetória da taxa de câmbio.

- O regime de câmbio flutuante puro não se adequa à economia brasileira, assim como a qualquer economia moderna. Em um cenário de elevadas taxas de juros reais e queda acentuada nas importações em função da recessão, estão dadas as condições para uma indesejada sobrevalorização cambial, que certamente levará ao retorno de grandes desequilíbrios externos e volatilidade na taxa de câmbio em futuro não muito distante.

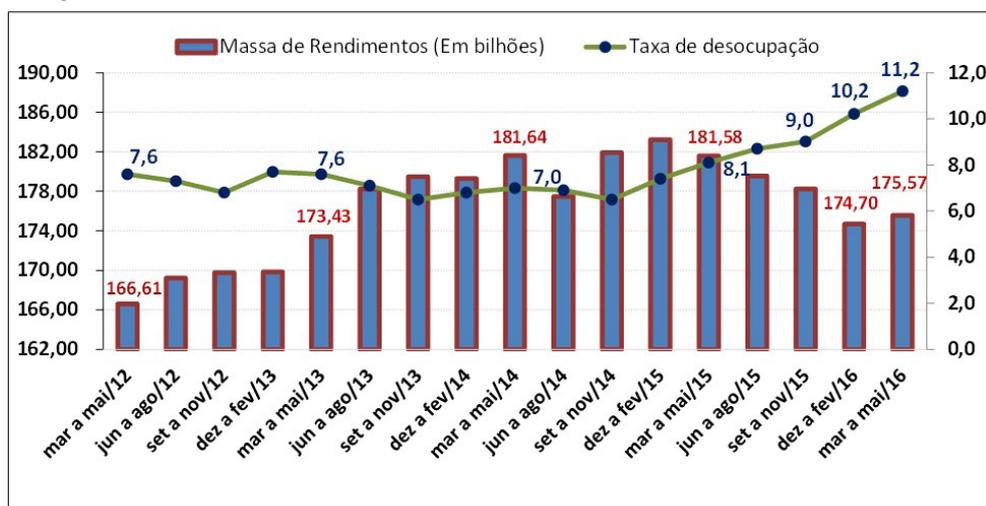
- É importante considerar resistir aos ganhos fáceis do populismo cambial que tanto prejuízo causou ao emprego industrial no Brasil nas últimas duas décadas. Há que se considerar o fato de que uma política monetária mais gradualista, com queda mais rápida da taxa de juros, terá como um de seus efeitos a sustentação de uma taxa de câmbio mais desvalorizada, compatível

com uma recuperação mais substancial da atividade econômica no curto e médio prazos.

- O Brexit pode ter impacto sobre o balanço de pagamentos, pois a desvalorização da libra e do euro devem aumentar a demanda por dólar e postergar ainda mais o ajuste das taxas de juros americanas. Assim como a corrida por ativos de melhor risco/retorno pode trazer investidores estrangeiros para o país.

2.5 Mercado de Trabalho

Gráfico 10 – Massa de rendimentos reais* (R\$ em bilhões) e Taxa de desocupação (%), por trimestres móveis, de Mar/12 a Mai/16



Fonte: PNADc Mensal/IBGE * Inflacionada pelo IPCA, a preços de abril de 2016

Crescente destruição de postos de trabalho leva taxa de desocupação a dois dígitos: 11,2%

Taxa de desocupação brasileira atingiu maior valor da série (iniciada em 2012) e trouxe em seu bojo uma queda de 3,3% na massa de rendimentos reais no período de março a maio de 2016, na comparação com o mesmo período de 2015. **(Gráfico 10).**

- O número de ocupados caiu 1,4% no trimestre móvel de março a maio de 2016, frente a mesmo período do ano anterior. Principal causa: forte queda no contingente de empregados celetistas do setor privado (4,2%).

- Por outro lado, houve alta de 4,3% nos trabalhos por conta própria, o que significa ampliação da precarização do trabalho.

- No mercado de trabalho formal, houve o segundo mês seguido de redução nas demissões líquidas: em maio foram fechados 72,6 mil postos de trabalho no

país.

- Em termos setoriais, a Agropecuária foi destaque em contratações líquidas: +43,1 mil em maio, graças a fatores sazonais, principalmente na cultura do café do Sudeste.

- Os setores de Indústria de transformação (-21,2 mil) e Construção Civil seguem diminuindo o fechamento de empregos formais.

- Já Comércio e Serviços se deterioraram devido à redução real da massa de rendimentos e à piora da confiança dos consumidores, consequência do aumento do desemprego, da corrosão inflacionária e da piora nas condições de crédito **(Tabela 3).**

- A redução das demissões líquidas na Indústria de Transformação ocorreu principalmente nos ramos de Produtos Alimentícios (+1,1 mil) e Química (+981). Já na Construção Civil, a atividade que mais contribuiu foi Construção de Rodovias e Ferrovias (+1,9 mil).

Tabela 3 - Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, de 2014 a 2016*, saldo em maio de 2015 e 2016; Variação Absoluta**

Subsetores de Atividade	Geração de empregos				Maio		Variação absoluta (b-a)
	2014	2015	2015* (a)	2016* (b)	2015	2016	
Total	420.690	-1.540.537	-212.967	-448.101	-115.599	-72.615	-235.134
Extrativa mineral	-2.539	-14.172	35.489	-4.190	-1.055	-1.195	-39.679
Ind. de Transformação	-162.851	-612.557	-16.918	-108.056	-60.989	-21.162	-91.138
SIUP ¹	5.193	-8.242	370	-2.777	-119	-181	-3.147
Construção civil	-109.019	-417.313	-106.600	-86.473	-29.795	-28.740	20.127
Comércio	196.289	-214.820	-165.703	-227.867	-19.351	-28.885	-62.164
Serviços	487.290	-270.360	58.766	-84.902	-32.602	-36.960	-143.668
Administração pública	6.500	-11.169	11.035	17.596	-50	1.391	6.561
Agropecuária	-173	8.096	30.508	48.547	28.362	43.117	18.039

Fonte: Fonte: CAGED – MTPS *Acumulado de janeiro a maio (com ajuste até abril)**Sem ajuste.

¹S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública.

- Entre janeiro e maio deste ano foram eliminados 448,1 mil postos de trabalho. São 235,1 mil demissões líquidas a mais que no mesmo período de 2015.

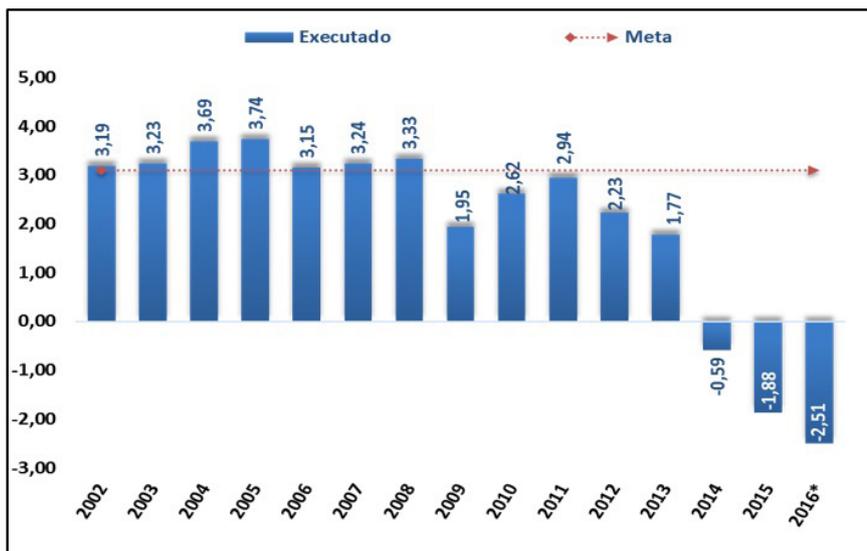
- Somente em Serviços e Comércio foram registradas cerca de 312,8 mil demissões líquidas entre janeiro e maio deste ano, impactadas pela persistência na deterioração do emprego, provenientes da Indústria de transformação e de Construção Civil.

2.6 Finanças Públicas

Déficit estimado para 2016 é de R\$ 170,5 bilhões; medidas fiscais do governo são contraditórias.

Os números do Resultado Primário do Setor Público Consolidado confirmam a gravidade da situação fiscal do país: déficit de R\$ 150,5 bilhões (-2,51% do PIB) no acumulado de 12 meses encerrados em maio (Gráfico 11). Em março, ainda na gestão Dilma Rousseff, a previsão do governo era de um déficit primário de R\$ 96,6 bilhões em 2016. Com a reestimativa do novo governo, o déficit esperado neste ano subiu para R\$ 170,5 bilhões. E a meta fiscal anunciada para 2017 é de um déficit de

Gráfico 11 - Resultado Primário do Setor Público em % PIB – 2002-16*



Fonte: BCB* Acumulado de 12 meses encerrados em maio/2016

De janeiro a maio de 2016, o Setor Público apresentou déficit primário de R\$ 13,7 bilhões (0,23% do PIB). A meta para o Setor Público é de déficit de R\$ 163,9 bilhões (2,6% do PIB). Já para o Governo Central, o déficit previsto é da ordem de R\$ 170,5 bilhões (2,8% do PIB).

R\$ 139 bilhões.

Deve-se ressaltar que a principal causa do déficit primário não é a elevação dos gastos, mas sim a forte queda das receitas, que é provocada pela retração econômica e pelo aumento da elisão e da sonegação fiscais.

É nesse contexto que o governo interino de Michel Temer dá sinais contraditórios: por um lado, anuncia medidas de controle estrutural dos gastos (como a fixação de um teto para os gastos públicos e a reforma da Previdência), mas, por outro, sob pressão de diversos

grupos de interesse, anuncia a expansão de despesas e o corte de receitas – com impactos sobretudo no curto e médio prazos. Isso indica tanto a fragilidade política do governo interino como as dificuldades para se implementar um ajuste fiscal em meio à recessão.

Tabela 4 - Receitas e Despesas Primárias do Governo Central – Valor em R\$ Milhão, real inflacionado pelo IPCA, Crescimento (%) e Variação Absoluta

RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL	2014	2015	2015*	2016*	Crescimento (%)		Variação Absoluta (R\$ Milhão)	
					2015 / 2014	2016 / 2015	2015 - 2014	2016 - 2015
RECEITA TOTAL	1.424.897,1	1.335.877,9	580.749,2	547.177,8	-6,2	-5,8	-89.019,2	-33.571,4
Receita Administrada pela RFB	862.820,9	820.190,6	366.707,8	342.126,1	-4,9	-6,7	-42.630,3	-24.581,7
<i>Imposto de Importação</i>	42.668,6	41.717,8	17.949,3	13.423,8	-2,2	-25,2	-950,8	-4.525,4
<i>IPI</i>	58.449,1	52.011,4	22.123,1	17.374,4	-11,0	-21,5	-6.437,7	-4.748,7
<i>Imposto de Renda</i>	333.728,8	322.386,1	153.857,8	145.159,3	-3,4	-5,7	-11.342,7	-8.698,5
<i>IOF</i>	34.847,5	37.285,6	15.195,6	14.128,4	7,0	-7,0	2.438,1	-1.067,1
<i>COFINS</i>	231.743,2	217.029,2	92.356,4	86.377,4	-6,3	-6,5	-14.714,0	-5.979,0
<i>PIS/PASEP</i>	61.286,0	57.336,6	24.549,4	23.097,8	-6,4	-5,9	-3.949,4	-1.451,6
<i>CSLL</i>	75.829,8	65.111,0	33.956,1	34.206,6	-14,1	0,7	-10.718,8	250,5
<i>CPMF</i>	9,9	18,9	0,3	1,9	91,9	457,4	9,1	1,6
<i>CIDE Combustíveis</i>	35,2	3.445,8	6,7	2.693,5	--	--	3.410,6	2.686,8
<i>Outras</i>	24.222,7	23.848,1	6.713,1	5.662,9	-1,5	-15,6	-374,6	-1.050,1
Incentivos Fiscais	-7,4	-11,3	0,0	-10,5	52,7	0,0	-3,9	-10,5
Arrecadação Líquida para o RGPS	393.019,4	374.049,0	152.172,3	142.813,9	-4,8	-6,1	-18.970,4	-9.358,5
Receitas Não Administradas pela RFB	169.064,2	141.649,6	61.869,0	62.248,3	-16,2	0,6	-27.414,6	379,2
DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL								
DESPESA TOTAL	1.227.634,4	1.253.209,7	479.894,3	486.721,9	2,1	1,4	25.575,3	6.827,6
Benefícios Previdenciários	465.544,0	472.077,3	184.887,2	194.586,7	1,4	5,2	6.533,3	9.699,5
Pessoal e Encargos Sociais	262.811,7	258.377,3	102.413,2	99.545,2	-1,7	-2,8	-4.434,4	-2.867,9
Outras Despesas Obrigatórias	182.081,0	248.005,5	79.638,4	85.385,0	36,2	7,2	65.924,6	5.746,6
<i>Abono e Seguro Desemprego</i>	63.608,1	51.496,6	19.962,7	25.966,7	-19,0	30,1	-12.111,4	6.004,0
<i>Abono</i>	19.612,0	9.804,0	655,0	10.326,2	-50,0	1.476,5	-9.808,0	9.671,2
<i>Seguro Desemprego</i>	43.996,0	41.692,6	19.307,7	15.640,5	-5,2	-19,0	-2.303,4	-3.667,2
<i>d/q Seguro Defeso</i>	2.866,6	3.035,3	2.460,7	774,8	5,9	-68,5	168,7	-1.685,9
BPC da LOAS/RMV	45.589,4	46.162,6	19.600,9	20.447,4	1,3	4,3	573,2	846,5
Comp. ao RGPS pelas Deson. da Folha	21.302,2	27.508,6	12.620,9	10.181,7	29,1	-19,3	6.206,4	-2.439,1
FUNDEB (Complem. União)	12.878,0	14.563,9	8.796,4	6.912,8	13,1	-21,4	1.685,9	-1.883,6
Subsídios, Subvenções e Proagro	5.153,4	56.532,9	6.441,5	13.329,4	997,0	106,9	51.379,5	6.887,9
<i>Op. Oficiais de Créd. e Reord. de Passivos</i>	5.251,6	55.502,8	5.621,7	12.595,6	956,9	124,1	50.251,2	6.973,8
<i>Pronaf</i>	603,3	10.463,4	693,1	3.149,6	1.634,3	354,4	9.860,1	2.456,4
<i>PSI</i>	131,7	31.859,0	2.340,0	5.252,6	24.087,9	124,5	31.727,3	2.912,6
Outras Despesas Obrigatórias	33.550,0	51.741,0	12.216,0	8.547,0	18.191,0	-3.669,0	54,2	-76,4
Despesas Discricionárias	317.197,7	274.749,5	112.955,5	107.204,9	-42.448,2	-5.750,5	-13,4	-58,9

Fonte: STN * Janeiro a Maio

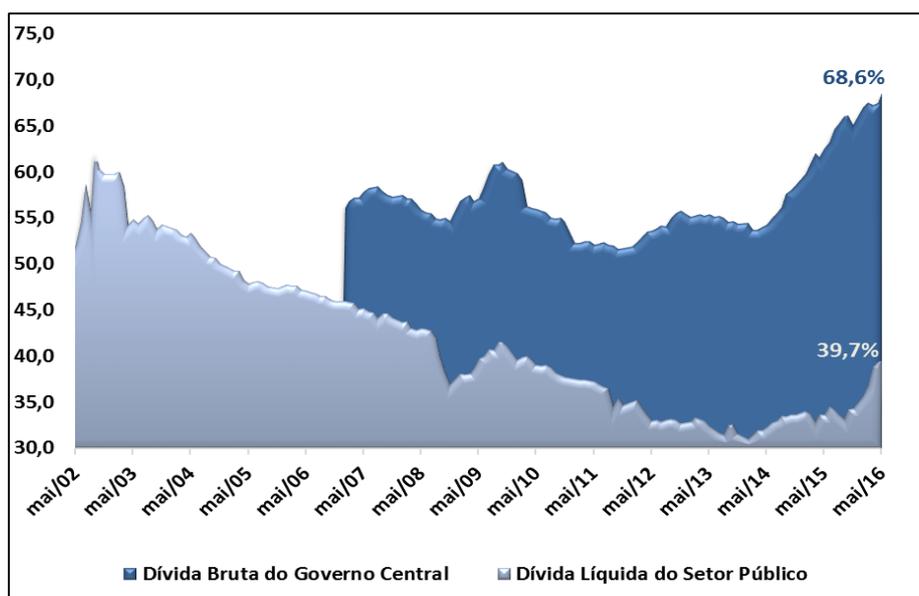
1. Todos os Poderes

- As Receitas Primárias do Governo Central registraram queda real de 5,8% (R\$ -33,6 Bilhões) nos primeiros cinco meses de 2016, frente ao mesmo período de 2015. **Ver Tabela 4.**
- Nesse mesmo período, houve acentuada queda real nas principais receitas tributárias, como Imposto de Renda (R\$ -8,7 bilhões), Cofins (R\$ -6,0 bilhões), IPI (R\$ -4,7 bilhões) e Imposto de Importação (R\$ -4,5 Bilhões).
- As despesas registraram crescimento real de 1,4% (R\$ +6,8 bilhões) nos primeiros cinco meses de 2016, frente a igual período de 2015.
- Nesse mesmo período, entre as despesas que mais cresceram em termos reais destacam-se Benefícios Previdenciários (R\$ +9,7 bilhões), Abono (R\$ +9,7 bilhões) e Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos (R\$ +7,0 bilhões).

A Dívida Bruta do Governo Central - DBGC aumentou 1,5 ponto percentual nos primeiros cinco meses de 2016: passou de R\$ 4,0 trilhões em janeiro para R\$ 4,1 trilhões em maio. Já a Dívida Líquida do Setor Público - DLSP aumentou 4 pontos percentuais nesse mesmo período: passou de R\$ 2,1 trilhões em janeiro para 2,4 trilhões em maio. **Ver Gráfico 12.**

Gráfico 12 - Dívidas Bruta e Líquida do Governo

Central* - em % do PIB



Fonte: BCB *de maio de 2002 até maio de 2016

A previsão do atual governo é que a DBGC e a DLSP terminem o ano registrando 73,4% e 43,9% do PIB, respectivamente.

Entre as medidas anunciadas pelo governo interino de Michel Temer (algumas esperando aprovação no Congresso Nacional) estão:

- Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023 e amplia a desvinculação de 20% para 30%. Além disso, permite que Estados e municípios também façam essa desvinculação (a DRU atualmente está restrita à União). Se a PEC for aprovada, estima-se que a União terá mais R\$ 117,7 bilhões neste ano, que podem ser utilizados para reduzir o déficit primário e a dívida pública. Mas a proposta enfrenta resistências, sobretudo nas áreas de saúde e educação.
- Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita a expansão dos gastos públicos. O limite seriam os gastos do ano anterior corrigidos pela inflação. Inicialmente restrita à União, essa PEC também poderá abranger os Estados.
- Controle de subsídios: o objetivo é suspender ou rever subsídios e incentivos concedidos ao setor privado (como a desoneração na folha de pagamentos). O impacto fiscal previsto pelo governo com essas medidas é de R\$ 2 bilhões.
- Reforma na Previdência, com a fixação de idade mínima de 65 anos para ambos os sexos. Essa proposta, que ainda não foi oficialmente apresentada, já enfrenta forte resistência das centrais sindicais.
- Reajustes salariais para servidores públicos federais de Executivo, Legislativo e Judiciário,

entre outros. O impacto previsto nas contas do governo é de cerca de R\$ 64 bilhões até 2019.

- Renegociação das dívidas estaduais: o acordo feito pelo governo Temer alonga por mais 20 anos as dívidas dos Estados com a União, além de permitir a suspensão dos pagamentos neste ano. Os pagamentos serão retomados em 2017 com o acréscimo acumulativo de 5,55% de juros sobre todas as parcelas ao longo dos 18 meses seguintes. A renegociação tramita no Congresso sob a forma de projeto de lei. No curto prazo, a interrupção dos pagamentos permite aos Estados equilibrar suas contas e realizar investimentos. Mas no longo prazo as dívidas podem aumentar caso suas arrecadações apresentem mau desempenho.
- A renegociação citada acima exige contrapartidas: os Estados beneficiados terão de se submeter à PEC que limita a expansão dos gastos públicos. Além disso, terão de se comprometer com várias medidas de austeridade por 24 meses, como a proibição de aumentos reais e de novas contratações para o funcionalismo público.

Os reajustes para o funcionalismo federal e a renegociação das dívidas dos Estados estão entre as medidas com maior impacto fiscal para a União. A renegociação das dívidas reconhece o grave desequilíbrio financeiro dos Estados, provocado pela elevada carga de juros imposta a partir da década de 1990 (com os acordos de federalização das dívidas).

Essas dívidas estão concentradas em poucos Estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul detêm cerca de 83% dos R\$ 423 bilhões que são objeto da renegociação. Portanto, o alívio financeiro resultante da renegociação será distribuído de forma bastante assimétrica. No caso do Maranhão, o alívio poderá atingir R\$ 400 milhões até 2018. Esse valor é muito menor que o montante que o Estado deverá perder com a contração das transferências federais entre 2015 a 2017 (devido à queda da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, que são a base do Fundo de Participação dos Estados e do FUNDEB, fontes das principais transferências federais ao Maranhão).

Se por um lado o governo interino de Michel Temer vem demonstrando fragilidade política (que resulta em medidas fiscais contraditórias), por outro a recente eleição para Presidente da Câmara foi um resultado favorável ao governo, pois amplia sua capacidade de aprovar medidas de ajuste fiscal no Congresso.

Quanto à PEC que fixa um teto para os gastos da União, o Grupo de Conjuntura do IMESC faz a seguinte avaliação: é tecnicamente equivocado corrigir os gastos pela inflação do ano anterior (pela variação do IPCA), pois o deflator implícito do PIB tem evoluído historicamente em patamar inferior ao do IPCA. É mais adequado condicionar o crescimento da despesa à variação do PIB nominal. Além disso, para viabilizar um patamar de investimento público adequado ao

país, as despesas de capital deveriam ser excluídas desse limite.

3. CENÁRIO ESTADUAL

3.1 Produto Interno Bruto

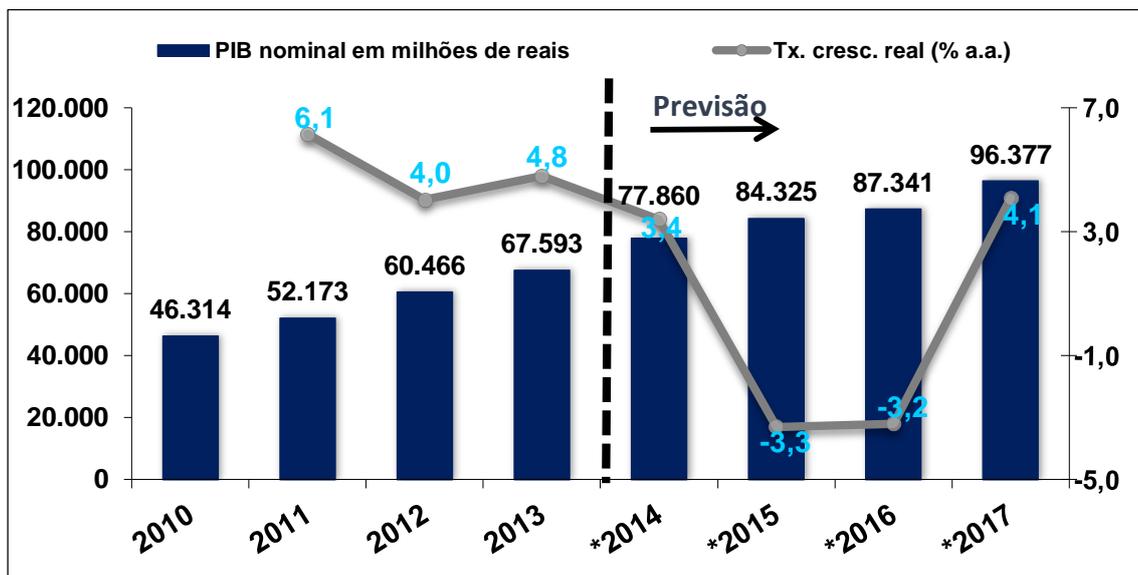
Perda de safra faz estimativa para o PIB maranhense ficar negativa: -3,2%

Após cair 3,3% no ano passado, estima-se para 2016 uma queda de 3,2% no Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão. Parte expressiva desse resultado se deve à Agropecuária, responsável por 1,9% da queda prevista. O setor foi prejudicado por problemas climáticos, que levaram à quebra da produção graneleira.

Além disso, a Construção Civil foi afetada, entre outros fatores, pela interrupção de obras federais (como as da BR-135 e do Programa Minha Casa Minha Vida) e pela crise na construção de edifícios comerciais e residenciais. Já Comércio e Serviços são afetados pelo desemprego e pela inflação elevada (que leva à redução da massa real de rendimentos), além do crédito mais caro e seletivo.

Para 2017, projeta-se gradual recuperação, caso seja superado, entre outros, os problemas climáticos.

Gráfico 13 - PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB – 2012 a 2017



Fonte: IBGE; IMESCObs.: (*) Elaboração própria

Agropecuária: Retração estimada de 14,3% para 2016

- O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola indica queda para os principais cultivos da Lavoura Temporária, com maiores perdas para soja (-36,6%), arroz (-24,7%) e milho (-19,8%).
- Com base nesses dados, estima-se redução de 14,3% no volume da agropecuária, que, devido ao seu peso (11,4%) no Valor Adicionado Bruto do Estado, levaria ao decaimento de 1,9% no PIB Estadual.
- Em 2015, a agropecuária do Maranhão registrou crescimento estimado de 9,3%.

Indústria: Dados sugerem estabilidade no setor, com queda de 0,1% para 2016

- Na indústria extrativa, verifica-se redução na produção de gás (-19,0%) e demissões

líquidas de empregos formais de 381 contra 89 no primeiro quadrimestre do ano.

- Entretanto, caso os anúncios de ampliação da capacidade de extração se confirmem, espera-se aumento de 14,7% na produção.
- Na Indústria de Transformação, o número de demissões líquidas nos primeiros cinco meses do ano subiu de 144 em 2015 para 846 em 2016. Na Construção Civil, o número de demissões líquidas nos primeiros cinco meses do ano subiu de 4.100 para 8.099.
- Nesse contexto de diminuição de intensidade da crise vivenciada no País, sugere-se estabilidade do setor nos demais quadrimestres do ano, resultando em queda de 1,1% na indústria de transformação e 0,9% na Construção Civil.
- Em 2015, a indústria maranhense registrou retração estimada em 5,9%.

Serviços: Retração estimada de 2% para 2016

- Neste ano, o comércio continua a trajetória de queda: -7,3% no primeiro quadrimestre.
- A atividade de transportes, avaliada pelo consumo de diesel e pela movimentação de passageiros nos aeroportos, sinaliza queda 1,4%.
- Como os demais segmentos de serviços terão estabilidade nos próximos quadrimestres do ano, estima-se queda de 2,0% no setor terciário.
- Em 2015, Serviços registrou retração estimada de 5%.

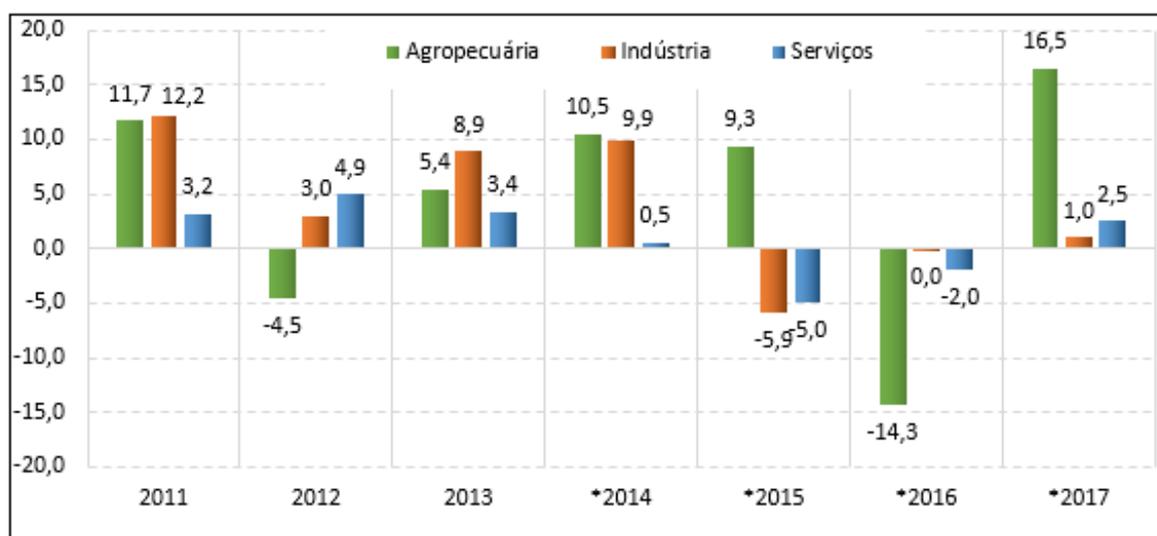
PIB maranhense para 2017: previsão de crescimento de 4,1%

- Na agricultura, prevê-se a retomada do ritmo de produção, já que a queda em 2016 foi provocada

principalmente por fatores climáticos, como o fenômeno El Niño. Caso os resultados se confirmem, o setor pode crescer 16,5% em 2017.

- A indústria pode crescer 1% devido à base de comparação fraca (dois anos seguidos de queda no PIB do Estado) e à recuperação econômica nacional e internacional.
- O setor de serviços pode crescer 2,5% com o maior controle inflacionário e a melhora dos demais setores da economia (que terão efeitos positivos sobre a massa salarial).
- Diante dessas informações, projeta-se crescimento real de 4,1% no PIB maranhense de 2017.

Gráfico 14 - Variação em Volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (Valores em %)- 2011 a 2017



Fonte: IBGE; IMESC. Obs.: (*) Elaboração própria

3.2 Produção Agrícola

**Nova estimativa indica produção de grãos menor
menor que a prevista no início do ano: 2.783 mil t**

- Fatores climáticos adversos, como o El Niño⁷, que teve seu ciclo mais forte em dezembro de

2015 e continuou no início de 2016, afetaram fortemente a produção de grãos no Maranhão e em outros estados.

- Estimativa do IBGE referente a maio de 2016 indica que a safra de grãos no Maranhão será de 2.783 mil toneladas, 29% menor que a safra

Tabela 5 - Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA do Maranhão – 2015 e Mai/2016

Produto	Período	Área (mil ha)		Produção MA (mil t)	Rend. Médio MA (Kg/ha)	
		Plantada/a plantar	Colhida/a colher			
Grãos	Total de Grãos*	2015 (a)	1.565	1.565	3.918	2.503
		Mai/16 (b)	1.413	1.413	2.783	1.970
		(b/a)	-9,7	-9,7	-29,0	-21,3
	Soja	2015 (a)	761	761	2.100	2.758
		Mai/16 (b)	784	784	1.332	1.698
		(b/a)	3,0	3,0	-36,6	-38,4
	Milho	2015 (a)	457	457	1.398	3.296
		Mai/16 (b)	346	346	1.121	3.569
		(b/a)	-24,2	-24,2	-19,8	8,3
	Feijão	2015 (a)	87	87	46	516
		Mai/16 (b)	78	78	40	503
		(b/a)	-10,5	-10,5	-12,6	-2,5
	Arroz	2015 (a)	239	239	314	1.316
		Mai/16 (b)	184	184	237	1.286
		(b/a)	-23,0	-23,0	-24,7	-2,3
Algodão	2015 (a)	21	21	60	4.200	
	Mai/16 (b)	21	21	54	4.230	
	(b/a)	-2,1	-2,1	-10,3	0,7	
Demais culturas	Mandioca	2015 (a)	174	174	1.482	8.527
		Mai/16 (b)	159	159	1.369	8.604
		(b/a)	-8,4	-8,4	-7,6	0,9
Cana-de-açúcar	2015 (a)	48	48	3.124	65.516	
	Mai/16 (b)	48	48	3.131	65.611	
	(b/a)	0,1	0,1	0,2	0,1	

Fonte: GCEA/LSPA/IBGE

* Para o total da produção de grãos, considerar no somatório apenas 61% do peso do algodão herbáceo referente ao caroço, de acordo com especificações do IBGE

A estimativa para a produção de soja no Maranhão está cada vez menor (em relação à produção de 2015): a projeção feita em maio é que a soja encerre o ano com 1.332 mil t, frente as 2.100 t de 2015. A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB constatou que, além da diminuição das chuvas, o céu nublado vem dificultando a luminosidade (essencial para o desenvolvimento da planta).

⁷ O El Niño é um fenômeno climático de escala global. Caracteriza-se pelo aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico, predominantemente na sua faixa equatorial. Ocorre em intervalos médios de

4 anos. Disponível em: <
<http://www.infoescola.com/clima/el-nino/>> Acesso em 08. mai. 2016.

de 2015. A queda é puxada principalmente pelo cultivo de soja (47,8%), que tem o maior peso no tocante aos grãos, e pela cultura do milho (40,3%).

- Quanto ao milho, a produção estimada para 2016 é de 1.121 mil t. No ano passado, foi de 1.398 mil t.
- Se por um lado a estimativa para o milho é pessimista (produção 19,8% menor que em 2015), por outro a previsão para sua produtividade é bastante otimista: 3.569 kg/ha, 273 kg/ha a mais que em 2015, considerando a ampliação do cultivo solteiro e mecanizado e a aplicação de insumos em alguns municípios⁸.

EXPECTATIVAS NO PLANO NACIONAL

- O Plano Agrícola Pecuário 2016/2017 deverá injetar R\$ 202,88 bilhões no campo, 8% a mais que na safra anterior (R\$ 187,7 bilhões).
- Desse total, R\$ 115,8 bilhões serão destinados à modalidade de custeio e comercialização, com taxas de juros que variam de 8,5% a 12,75% a.a.

EXPECTATIVAS NO PLANO ESTADUAL

- O Sistema Estadual de Produção e Abastecimento - SEPAB, voltado para o fortalecimento das

cadeias produtivas¹⁰ do Maranhão e para a geração de emprego e renda, irá injetar R\$ 63,6 milhões na agropecuária do Estado.

- O objetivo do SEPAB é fortalecer a agropecuária maranhense no que concerne ao abastecimento e à autossuficiência, substituindo a importação de alimentos.
- PRONAF: até junho deste ano, o programa beneficiou centenas de famílias, disponibilizando um crédito de R\$ 166 milhões, sendo R\$ 32,3 milhões para custeio e R\$ 133,7 milhões para investimento.
- Programa Mais IDH: A Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, está viabilizando a comercialização do excedente gerado pelas famílias.
- Portaria editada em maio pelo governo federal prevê a liberação de R\$ 3,3 milhões para o Programa Mais IDH. Esses recursos vão beneficiar 990 agricultores.
- Com o Programa Mais IDH, os técnicos do Sistema SAF já cadastraram 3.103 mil famílias e instalaram 1.795 Sistemas Integrados de Tecnologias (Sistecs) e mais 523 Sisteminhas.

⁸⁸ Carolina (7.200 Kg/ha), Loreto (7.800 Kg/ha), Balsas (7.800 Kg/ha), Alto Parnaíba (7.223 Kg/ha), Riachão (7.800 Kg/ha), Sambaíba (7.800 Kg/ha), São Raimundo das Mangabeiras (7.600 Kg/ha) e Tasso Fragoso (7.800 Kg/ha). No caso destes cinco últimos, deve-se principalmente à área do milho 1ª safra que migrou da área da soja, isto é, devido aos problemas citados

anteriormente nesta cultura, os produtores resolveram plantar milho.

¹⁰ As cadeias beneficiadas incluem as seguintes culturas: arroz, feijão, mandioca, carne e couro, ovinocaprinocultura, leite, avicultura, piscicultura, hortifruticultura e mel.

3.3 Índice de Confiança do Empresário Industrial - ICEI

Indicador maranhense retoma crescimento em abril e atinge 44 pontos

- O Índice de Confiança do Empresário Industrial Maranhense (ICEI) subiu 5,3 pontos entre março e abril: de 38,7 para 44 pontos, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA.
- Após começar o ano em desaceleração, o ICEI começou a mostrar sinais de retomada. Mas enquanto o índice da Indústria de Extração e Transformação aumentou 6,4 pontos, o índice da Construção Civil saiu de 40,4 pontos para 37,4 pontos.

- O índice da Construção Civil foi afetado pela situação econômica nacional e pela piora das expectativas dos empresários maranhenses com a interrupção de obras federais (como as da BR-135 e do Programa Minha Casa Minha Vida) e com a crise na construção de edifícios comerciais e residenciais. **Ver Gráfico 15.**

Gráfico 15 - Evolução do ICEI no MA - Abr/10 a Abr/16



Fonte: FIEMA

Na Indústria de Extração e Transformação, a melhora do indicador se deve, sobretudo, à alta das expectativas em relação aos próximos meses, com perspectivas de retomada da atividade econômica e melhora nos preços das commodities minerais. Nas condições atuais, por outro lado, o indicador registrou queda relacionada ao ambiente interno da empresa.

3.4 Financiamento Imobiliário

Início de 2016 assinala queda no volume de financiamentos imobiliários no Estado

As concessões de crédito para compra de imóveis no Maranhão caíram 61,7% no primeiro quadrimestre de 2016, totalizando R\$ 115,2 milhões (valor corrigido

pelo IPCA). No Nordeste, a queda foi de 64,3% e, no Brasil, de 71,9%. Os dados são do Sistema Financeiro de Habitação.

Tabela 6 - Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis MA, NE e BR (R\$ Milhões Inflac. IPCA), participação do NE e BR 2007 a 2015, taxa média de crescimento anual 2007 a 2015 (% a.a.) e taxa de crescimento 2016/2015* (%)

Ano	Total			Part. (%)	
	MA	NE	BR	NE	BR
2007	92,6	1.311,5	15.597,5	7,1	0,6
2008	143,3	2.029,0	22.599,9	7,1	0,6
2009	263,3	3.247,4	31.496,8	8,1	0,8
2010	388,8	4.728,8	47.262,7	8,2	0,8
2011	620,1	6.438,8	62.356,8	9,6	1,0
2012	798,7	8.140,3	72.374,8	9,8	1,1
2013	908,0	10.786,2	95.913,8	8,4	0,9
2014	1.022,8	11.506,5	95.570,1	8,9	1,1
2015	621,0	7.367,2	49.267,5	8,4	1,3
2015*	300,5	3.459,2	26.042,2	8,7	1,2
2016*	115,2	1.235,6	7.313,8	9,3	1,6
2007 a 2015	26,8	24,1	15,5	-	-
2016/2015*	-61,7	-64,3	-71,9	-	-

Fonte: SBPE/BACEN *acumulado de janeiro a abril

Segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - Abecip, a queda nos financiamentos imobiliários é resultado dos contínuos resgates na poupança, principalmente devido à concorrência da renda fixa, que gera maiores rendimentos.

Só nos cinco primeiros meses de 2016, a saída líquida da poupança chegou a R\$ 43,7 bilhões (82% do total de 2015, que foi de R\$ 53,6 bilhões), sinalizando que a saída líquida neste ano será maior.

Estímulo ao financiamento de imóveis usados em todo o país

Em março deste ano, a Caixa Econômica Federal (CEF) elevou o teto do financiamento de imóveis usados: de 50% para até 70%. Para servidores públicos, o teto pode chegar a 80%.

Nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (mais o Distrito Federal) o novo teto vale para imóveis usados de até R\$ 750 mil. Nos demais estados,

o novo teto vale somente para imóveis de até R\$ 650 mil. O prazo máximo de financiamento é de 35 anos.

Por outro lado, em março a CEF aumentou as taxas de juros dos financiamentos. Para clientes sem relação com o banco, em imóveis de até R\$ 750 mil, a taxa subiu de 9,9% para 11,22% a.a. Para clientes com determinado grau de relacionamento com o banco, a taxa subiu de 9,8% para 11,0% a.a. O intuito da CEF com esses aumentos não é restringir o crédito, mas

adequar as taxas ao comportamento da caderneta de poupança.

3.5 Comércio

Em abril, volume de vendas do varejo restrito

creceu 0,9% no Maranhão

Acompanhando o movimento do país, o volume físico de vendas do comércio varejista restrito cresceu 0,9% em abril, frente ao mês anterior. Isso compensou a queda em igual proporção registrada em março.

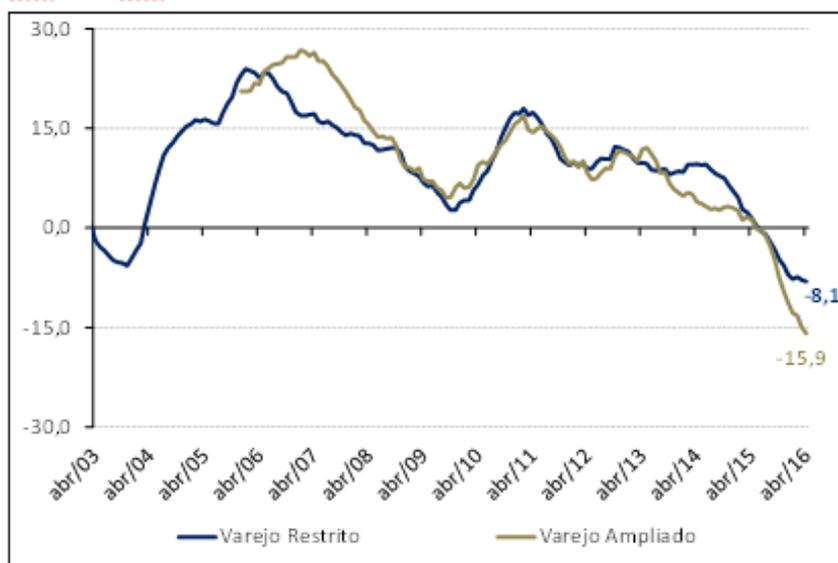
- Já na comparação com abril de 2015, o volume de vendas caiu 5,5%. Isso leva a uma queda no desempenho dos 12 meses encerrados em abril: de 7,9% para 8,1%. O fraco dinamismo do comércio estadual pode ser explicado pelo crescimento na taxa de desemprego no estado e pela consequente

redução da massa salarial. Também se observou queda de 14,8% no volume de vendas do varejo ampliado na comparação interanual (contra abril de 2015).

No acumulado de 12 meses, o varejo ampliado caiu 15,9%. Neste caso, a melhor explicação pode estar na performance das vendas de veículos novos no Estado: nos últimos 12 meses encerrados em abril, o número de veículos novos caiu 45,6% contra o período imediatamente anterior, de acordo com o Departamento de Trânsito do Maranhão (DETRAN-MA).

Gráfico 16 - Evolução do Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado no Maranhão – Cresc. em 12 meses (em %) –

Abr/03 a Abr/16



Fonte: IBGE, PMC

A queda registrada no volume de vendas do comércio varejista restrito é a maior desde novembro de 2003, quando recuou 5,7%. O volume de vendas do varejo ampliado também apresenta a maior retração de sua série histórica. Ambos estão em velocidade acima da registrada no nível nacional, o que significa que fatores externos também podem explicar essa trajetória de declínio nunca antes experimentada.

- A análise dos varejos nacional e estadual mostra que as perdas mais acentuadas ocorrem neste último. Isso nos leva a concluir que, além do efeitos da recessão interna, as perdas de renda do comércio internacional também têm prejudicado fortemente o produto interno e, conseqüentemente, o consumo doméstico.
- Em quase todos os Estados o volume de vendas do varejo restrito caiu no acumulado de 12 meses encerrados em abril. Roraima é a exceção: desde a

crise financeira não registra queda nessa modalidade, embora suas taxas de crescimento venham caindo nos últimos meses.

- Já no varejo ampliado, a crise no volume de vendas afeta todos os Estados, com destaque para o Espírito Santo. No Nordeste, a performance negativa dos varejos restrito e ampliado disseminou-se por todos os estados da região, com maior impacto no Maranhão e em Pernambuco.

3.6 Endividamento

Percentual de endividados volta a aumentar e inadimplência bate recorde

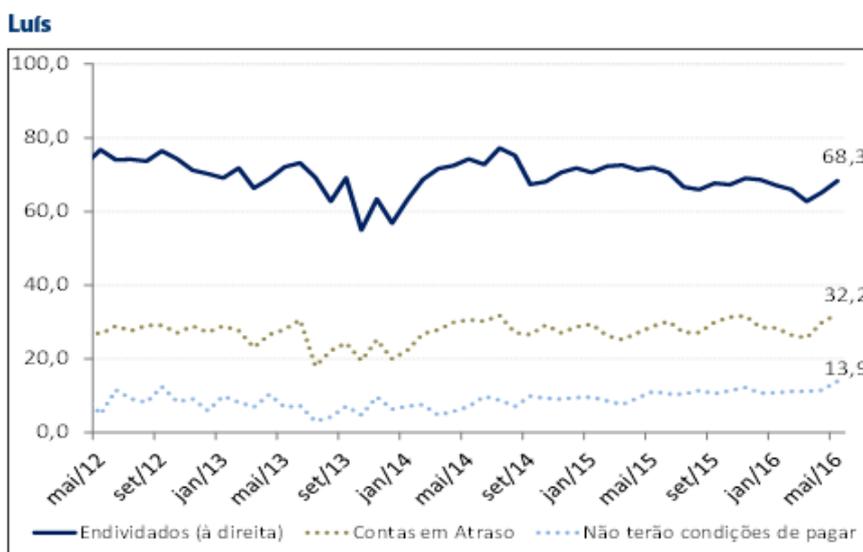
- Pesquisa da Fecomércio mostra que o percentual de famílias endividadas subiu de 65,2% para 68,3% entre abril e maio. Foi o segundo mês consecutivo de alta.
- Acompanhando esse movimento, o número de famílias com contas em atraso (famílias

inadimplentes) subiu 7,7% – o maior patamar da série, iniciada em 2012.

- O número de famílias que não terão condições de pagar (famílias que continuarão inadimplentes) sobe desde janeiro, com alta de 21,1% somente em maio, alcançando 13,9% das famílias inadimplentes – nível recorde na série histórica.

(Gráfico 17).

Gráfico 17 - Percentual de Famílias Endividadas, com contas em atraso e sem condições de pagá-las (em %) – Mai/12 a Mai/16 - São Luís



Fonte: Fecomércio

O perfil da dívida segue com piora acentuada, principalmente no tempo de atraso da dívida e na parcela da renda comprometida com dívidas. É portanto um ponto de estrangulamento do consumo e, conseqüentemente, do comércio estadual.

- A inadimplência aumentou entre as famílias que recebem menos de dez salários mínimos: de 31,1%

para 33,6%. Já nas famílias que compõem o estrato de renda superior, a inadimplência ficou estável.

3.7 Comércio Exterior

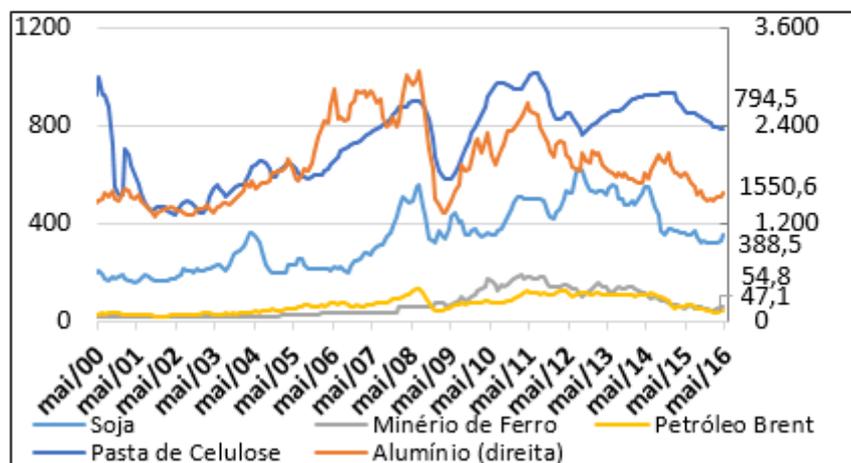
Commodities

Preços Internacionais apresentam recuperação no acumulado até maio de 2016.

- A partir de 2011, as cotações das principais commodities da balança comercial brasileira entraram em ciclo de queda, que se acentuou em 2015. Mas, entre o final do ano passado e maio deste ano, essas cotações apresentaram

substantial recuperação, com destaque para: minério de ferro (+38,5%), petróleo Dated Brent (+24,9%), soja (+20,2%) e alumínio (+3,5%).

Gráfico 18 - Preço Internacional das principais commodities nas balanças comerciais Brasileira e Maranhense – maio/2000 a maio/2016



Fonte: indexmundi/World Bank; BDM/INSEE (Pasta de Celulose)¹¹

Comparando-se maio de 2015 com maio de 2016, houve baixa nos preços da maioria das principais commodities exportadas pelo Maranhão: o Petróleo Dated Brent despencou para US\$ 47,13/barril (-26,9%); o alumínio caiu para US\$ 1.550,6/t (-14,1%); e o minério de ferro foi para US\$ 54,85/dmto1 (-8,9%). Por outro lado, a Soja atingiu a cifra de US\$ 388,5/t, queda de 10,4%.

- A recuperação dos preços das commodities no mercado internacional resultaram, em boa parte,

do otimismo em relação à consistência da demanda chinesa.

¹¹ Em virtude da inconsistência da cotação mensal da Pasta de Celulose fornecida pelo World Bank, adotamos no **Gráfico 18** os preços de importação da commodity que chega em Chicago, de acordo com o *Northern Bleached Softwood Kraft* (NBSK) – Índice que serve de referência para a indústria de papel, que se baseia no de pasta de celulose no Canadá, Estados Unidos e Rússia. O índice também é negociado na Bolsa de Chicago. Os dados são obtidos pelo BDM/INSEE.

- O minério de ferro foi beneficiado pela alta do aço chinês, depois que estímulos do governo da China levaram à alta dos preços dos imóveis e a um frenesi especulativo em seu setor siderúrgico.
- A menor produção de minério de ferro na Austrália em maio e junho também beneficiou o valor do produto, mas é possível que a produção australiana se recupere.
- A alta do petróleo sustentou-se pela redução dos estoques nos EUA e pela expectativa de que o

dumping da OPEP estaria cedendo, o que levaria o preço aos níveis de janeiro de 2016.

- Soja: a alta de seus preços deve-se às expectativas menores quanto à produção global (os EUA revisaram para baixo as estimativas da safra mundial 2015/16: 2,6 milhões de toneladas a menos). As principais causas foram as estiagens no Brasil e o excesso de chuvas na Argentina (dois dos maiores produtores de soja).

Retomada dos preços do minério de ferro e do petróleo decidirão o rumo da balança comercial do Estado.

O déficit da balança comercial maranhense caiu de US\$ 1.106,5 milhões no acumulado de janeiro a junho

de 2015 para US\$ 30,2 milhões no mesmo período de 2016: melhora de US\$ 1076,3 milhões.

Tabela 7 - Evolução da Corrente de Comércio Maranhense de 2010 a 2016*, valores em US\$ FOB (milhões)

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial (A-B)	A-B (Var %)
2010	2.920,3		-3.817,1		-896,8	6.737,4	
2011	3.047,1	4,3	-6.281,4	64,6	-3.234,3	9.328,5	38,5
2012	3.024,7	-0,7	-7.060,4	12,4	-4.035,7	10.085,1	8,1
2013	2.341,9	-22,6	-6.832,9	-3,2	-4.491,0	9.174,8	-9,0
2014	2.795,5	19,4	-7.068,2	3,4	-4.272,7	9.863,7	7,5
2015	3.050,2	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,5	6.670,9	-32,4
2015*	1.519,6	-50,2	-2.626,2	-27,5	-1.106,5	4.145,8	-37,9
2016*	1.119,1	-26,4	-1.149,3	-56,2	-30,2	2.268,3	-45,3

Fonte: MDIC * acumulado de janeiro até junho

- As expectativas para a balança comercial em 2016 ainda são incertas devido ao cenário conturbado

no primeiro semestre deste ano, sobretudo por causa dos seguintes fatores:

a) Recuperação dos preços das commodities, que incluem soja, minério de ferro, alumínio e petróleo **(Gráfico 18)**.

b) Valorização do real frente ao dólar.

c) Baixo desempenho da produção de soja.

d) Impactos do arrefecimento econômico nas importações.

e) Real crescimento da China e a resiliência de sua demanda.

- As exportações de janeiro a junho totalizaram US\$ 1.119,1 milhões, queda de 26,4% (US\$ 400,6 milhões) em relação ao mesmo período de 2015.

- Entre os principais produtos da pauta de exportações do Estado, destacam-se pela alta no valor (na comparação do primeiro semestre de 2016 com o mesmo período de 2015): o Complexo Bovino, com alta de US\$ 12,8 milhões (+164,2%), que teve início em dezembro de 2015, do qual US\$ 8,9 milhões advêm das exportações de Boi em Pé, US\$ 2,2 milhões originam de Carnes Congeladas e US\$1,7 milhões de Couros; e o Algodão Debulhado, com alta de US\$ 2,4 milhões (+12,0%). **Ver Tabela 8.**

- A Alumina Calcificada foi o principal produto exportado pelo Estado (em quantidade e valor) no primeiro semestre de 2016: a quantidade aumentou 105,4 mil toneladas (+6,1%) frente ao mesmo período de 2015. Quanto ao valor de US\$ 417,8 milhões, foi US\$ 124,1 milhões abaixo (-22,9%) que o registrado no mesmo período de 2015, devido à queda do preço internacional do alumínio.

- A ALCOA, grupo que responde pela ALUMAR, empresa responsável pela produção da alumina calcificada no Estado, em 2014 decidiu substituir as exportações de alumínio pelas de alumina calcificada (que tem menor valor agregado).

- A produção da alumina calcificada consome menos energia elétrica, o que reduz custos. E a ALUMAR possui vantagens e descontos na compra prévia de eletricidade no mercado nacional.

- A alumina calcificada também depende da demanda chinesa (e, portanto, as expectativas são incertas), mas a alta do preço do alumínio pode viabilizar o retorno do mesmo às fábricas maranhenses no futuro.

Tabela 8 - Principais Produtos da Pauta de Exportações Maranhense, 2015-2016*. Valor em US\$ milhões e

Quantidade em 1000/ton

Produtos	2015		2015*		2016*		Cresc (%)	
	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd
Total	3.050,2	8.802,4	1.519,6	4.092,8	1.119,1	3.688,9	-26,4	-9,9
Alumina Calcínada	1.062,3	3.651,0	541,9	1.719,1	417,8	1.824,5	-22,9	6,1
Complexo Soja	701,5	1.805,1	396,9	1.021,6	232,6	644,6	-41	-36,9
Soja, mesmo triturada	691,9	1.781,2	396,9	1.021,5	222,7	614,4	-44	-39,9
Resíduos e "pellets" de soja	9,6	23,9	-	-	9,9	30,0	-	-
Pasta de Celulose	722,3	1.359,4	325,0	632,1	308,9	682,7	-5,0	8,0
Ferro Gusa	281,5	1.146,1	141,0	502,1	70,1	366,6	-50,3	-27,0
Milho	130,0	741,3	33,5	177,1	6,1	35,3	-81,7	-80,1
Algodão Debulhado	38,7	25,9	19,9	13,2	22,2	15,4	12,0	16,3
Complexo Bovino	28,5	9,4	7,8	1,9	20,5	8,4	164,2	342,3
Boi em pé	12,3	3,2	-	-	8,9	5,5	-	-
Carnes Congeladas	12,6	5,4	6,1	1,5	8,3	2,0	35,4	38,5
Couros	3,6	0,7	1,7	0,4	3,4	0,9	101,0	104,4
Complexo Ouro ¹	50,1	0,0	37,5	1.144	-	-	-	-
Outros	35,3	64,1	16,2	-1.118,3	40,7	111,5	151,2	-110

Fonte: MDIC *Acumulado de Janeiro até junho ¹Peso em quilogramas (Kg)

- Em 2015, o segundo maior valor exportado entre os produtos destacados foi da pasta de celulose. Desde meados de 2014, a empresa que produz esse item no Maranhão é a Suzano.
- Mesmo diante das recentes baixas, o preço internacional da pasta de celulose se mantém em patamar bastante confortável. E o câmbio beneficia muito as exportações dessa indústria.
- A Suzano confirmou em 2015 a expansão de seu complexo produtivo no Brasil. No Maranhão, o foco será a fábrica da cidade de Imperatriz. Estão previstos o aumento da produção de pasta de celulose até 2018 e a implantação de uma linha de produção de papel tissue.
- Para o minério de ferro gusa, a súbita alta dos preços no começo do ano trouxe otimismo. A queda

no valor exportado nos primeiros seus meses do ano (frente a igual período em 2015) deve-se à capacidade ociosa do setor siderúrgico mundial e à redução da demanda chinesa, que baixou os preços por longo período.

- Em meio à expressiva queda dos preços internacionais, a Vale, responsável pela produção de minério de ferro no Maranhão, registrou prejuízo no primeiro trimestre de 2016. Mas o encarecimento do aço chinês e a menor produção australiana podem beneficiar as exportações maranhenses.
- No caso da agropecuária, a queda nas exportações de soja e milho foi resultado da menor produção (provocada pelas chuvas).
- O aumento das exportações do Complexo Bovino foi impulsionado pelos incentivos do governo

estadual (via programa Mais Produção) e pela adaptação do sistema logístico (que envolve desde caminhões até o transporte portuário com destino ao Líbano).

- Em 2015 a exportação de Boi em Pé totalizou 12 mil cabeças e a cifra de US\$ 12,3 milhões e neste ano, somente de janeiro a junho, já alcançou 11.040 cabeças e US\$ 8,9 milhões.
- Existe a possibilidade de adaptar o sistema logístico para a exportação maior quantidade de carnes congeladas no futuro. E tal mercado abre oportunidades para o desenvolvimento da produção de couros, que já registrou forte crescimento entre janeiro e junho (+104,4%), frente ao mesmo período de 2015.

A participação dos países na composição de destino das exportações do Estado foi melhor distribuída no primeiro semestre de 2016, contudo a diferença ainda é grande e concentrada em poucas nações. Ressalta-se que tal aproximação pode ter origem artificial na redução do valor das exportações.

- Soja, ferro gusa, alumina e celulose, juntos, respondem por 85,7% do valor total das exportações maranhenses no primeiro semestre deste ano: US\$ 958,3 milhões. Os cinco primeiros países do ranking de destino são os principais compradores desses produtos (eles importam juntos 63,7% do valor exportado).
- A concentração das exportações em poucos produtos e poucos países compradores faz com que o Maranhão seja muito vulnerável a oscilações externas – principalmente na China e nos EUA, principais consumidores de produtos do Estado.
- No entanto, entre janeiro junho, a China respondeu por apenas 16,2% do total exportado (-5,3p.p. frente ao mesmo período de 2015). A diferença entre os dois períodos deu-se pela ausência da compra de Pasta de Celulose, que no ano passado totalizou, no período, em US\$ 89,3 milhões.

Tabela 9 - Composição da Pauta de Exportações Maranhenses por Destino de 2010 a 2016* (Total em Milhões e Participação dos Países no Total em %)

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2015*	2016*
Total	2.920	3.047	3.025	2.342	2.796	3.050	1.520	1.119
China	18,4	11,2	13,0	12,8	21,5	19,8	21,5	16,2
EUA	8,6	14,8	15,4	18,4	18,4	17,9	16,1	14,6
Canadá	4,6	7,8	5,4	9,3	10,6	9,6	9,5	13,6
Itália	5,9	4,4	2,9	0,0	2,6	6,5	5,1	10,8
Países Baixos	4,0	2,6	2,1	1,5	4,1	4,2	3,4	8,5
Argentina	3,0	5,3	1,8	8,9	3,6	3,9	4,0	8,5
Noruega	0,7	4,9	4,8	2,0	2,4	1,5	0,8	3,6
Espanha	7,8	7,5	7,7	12,1	7,9	6,5	7,4	3,1
França	1,7	0,8	2,1	0,0	0,5	1,8	2,1	3,0
Islândia	4,8	5,3	8,0	10,4	6,0	8,5	10,9	2,9
Rússia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	2,8	1,9
África do Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9
Ilhas Cayman	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2
Letônia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1
Portugal	0,7	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	1,0
Por Continente								
Europa	37,9	37,6	38,6	31,4	27,0	32,3	33,2	36,0
América do Norte	13,2	22,5	20,8	27,7	29,0	27,5	25,5	28,1
Ásia	39,0	27,1	25,6	22,4	28,6	25,7	25,4	21,4
América do Sul	4,7	6,3	3,8	10,4	3,6	4,3	4,0	8,9
Outros	5,2	6,5	11,3	8,2	11,8	10,1	11,8	5,4

Fonte: MDIC *acumulado janeiro até maio

- Nas exportações por continente, a Europa liderou o ranking com 36% das exportações (+2,8 p.p.), seguida por América do Norte com 28,1% (-2,6 p.p) e Ásia com 21,4% (-4 p.p).
- As exportações para a Europa cresceram principalmente com pasta de celulose (Holanda e Itália). Na Ásia, a queda reflete a depreciação das commodities importadas pela China e a mudança de destino da celulose.

Tabela 10 - Importação de Gasóleo (Diesel) no Maranhão de 2014 até 2016*, total de barris, Valor Importado em FOB US\$ (milhões), preços em US\$ e volume em mil litros

Importação de Gasóleo (Diesel) no Maranhão em FOB US\$ (milhões)						
	Total de Barris (mil)	Var (%)	Quantidade (L)	Valor Importado	Preço médio/Barril	Var. Preço médio
2014	34.976		5.560.777	4.284	122,5	
2015	22.179	-36,6%	3.526.154	1.778	80,2	-34,5%
2015*	16.103		2.560.230	1.186	73,6	
2016*	7.477	-53,6%	1.188.785	323	43,2	-41,3%

Fonte: MDIC *acumulado janeiro até junho

As importações maranhenses continuaram a cair nos primeiros seis meses deste ano. O valor das importações de Combustíveis e Lubrificantes, que representam 64,9% das importações totais do Estado, somaram de janeiro a junho US\$ 745,9 milhões (-13,5 p.p frente ao mesmo período de 2015).

- A redução de US\$ 1.311,9 milhões (-63,8%) no valor dessa rubrica, na comparação com o mesmo período de 2015, resultou:

a) da expressiva ampliação da produção de combustíveis fósseis, tendo em vista a extração de petróleo e gás de xisto nos EUA. A decorrente

disputa no mercado de petróleo derrubou os preços internacionais e também os preços do Gasóleo (diesel) e da Gasolina, produtos que juntos somaram US\$ 651,7 milhões entre janeiro e junho de 2016 – queda de US\$ 1.239,8 milhões em relação ao mesmo período de 2015.

b) do nível de atividade industrial mais fraco, que reduz quantitativamente as importações; houve queda de 54,5% na quantidade comprada em conjunto de ambos os produtos.

Tabela 11 - Pauta de Importações por Categorias de Uso do Estado do Maranhão nos anos 2015 a 2016*
(Composição em US\$ Milhões e Crescimento em %)

CATEGORIA	2015		2015*		2016*		Var % 16*/15*
	US\$	%	US\$	Part %	US\$	Part %	
Total	3.620,7	100,0	2.626,2	100,0	1.149,3	100,0	-56,2
Bens de Capital	165,4	4,6	121,4	4,6	101,9	8,9	-16,0
Bens de Capital	51,3	3,2	21,9	0,8	81,1	7,1	270,5
Equipamentos de Transp. de Uso Ind.	114,1	1,4	99,5	3,8	20,8	1,8	-79,1
Bens Intermediários	741,4	20,5	437,3	16,7	295,1	25,7	-32,5
Insumos Industriais	709,0	19,6	419,7	16,0	283,0	24,6	-32,6
Alimentos e Beb destinados à Ind	23,7	0,7	11,9	0,5	9,0	0,8	-24,7
Pecas e Acess. Equip. de Transporte	8,7	0,2	5,7	0,2	3,0	0,3	-46,6
Bens Diversos	0,02	0,0	-	-	-	-	-
Bens de Consumo	18,7	0,5	9,7	0,4	6,4	0,6	-33,4
Bens de Consumo Duráveis	15,5	0,4	9,0	0,3	6,0	0,5	-33,2
Bens de Consumo Não Duráveis	3,2	0,1	0,7	0,0	0,4	0,0	-36,9
Combustíveis e Lubrificantes	2.695,2	74,4	2.057,8	78,4	745,9	64,9	-63,8

Fonte: MDIC *janeiro a junho

- A desvalorização cambial também levou à redução das importações, principalmente as de Bens de Consumo. Essa rubrica registrou queda de 33,4% entre janeiro e maio (em comparação com o mesmo

período do ano passado). Mas é importante ressaltar que o peso de Bens de Consumo na pauta de importações maranhense é pequeno (0,6% no acumulado de 2016).

- As compras em Bens de Capital têm diminuído desde 2014 devido à redução das importações da Vale, responsável pelo projeto de expansão das ferrovias no Estado. Essa expansão desacelerou com a queda no preço do minério de ferro, o que explica a disparidade na rubrica de Equipamentos de Transporte de uso Industrial (-79,1%).

- Quanto aos outros Bens de Capital, o aumento das importações no primeiro semestre ocorreu devido à compra de aparelhos para

locomoção de mercadorias e cargas (cerca de US\$ 54,6 milhões), possível reflexo de obras de expansão portuária.

- A redução nas importações de Bens Intermediários (-35,1%) entre janeiro a junho reflete as expectativas empresariais pessimistas. A queda foi puxada principalmente pela retração na compra de Insumos Industriais (-32,6%), que, junto com a baixa nas importações de Bens de Capital, ilustra o desempenho ruim da indústria.

3.8 Mercado de Trabalho

Fatores climáticos levam a uma redução de 52,3 mil ocupações na Agropecuária maranhense

O mercado de trabalho maranhense é extremamente precarizado. Em torno de 75% dos cerca de 2,57 milhões de ocupados no Estado estão em relações informais de trabalho (em categorias como empregado sem carteira assinada, conta própria e trabalhador familiar não remunerado). Isso contrasta com a média nacional: 55% dos ocupados no país estão em relações formais de trabalho (empregados com carteira assinada, estatutários e empregadores). Essas informações estão na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do primeiro trimestre de 2016, divulgada pelo IBGE.

De acordo com a PNADC, 26% dos ocupados no Maranhão estão no setor agropecuário: são cerca de 673 mil pessoas – e, desse total, 96% estão em situação informal, ou seja, em ocupações precárias. A

pesquisa revela que o setor perdeu 52,3 mil ocupações no Estado (a grande maioria na agricultura familiar) entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016. A principal causa disso foram os fatores climáticos, especialmente a estiagem decorrente do fenômeno “El Niño”, que atingiu de forma mais violenta (mas não exclusivamente) o sul do Estado

Em relação ao emprego exclusivamente formal, houve 13,6 mil demissões líquidas no Maranhão entre janeiro e maio, uma piora de 54% frente ao mesmo período do ano passado, quando foram registradas 8,8 mil. As demissões aconteceram principalmente na Construção Civil e no Comércio. A Construção Civil foi afetada pela interrupção de obras federais (como as da BR-135 e do Programa Minha

Casa Minha Vida) e pela crise na construção de edifícios comerciais e residenciais. Já o Comércio Varejista é prejudicado pela redução da massa de rendimentos reais, pelo endividamento e pelo crédito mais caro e mais seletivo.

Mas, em contraste com o primeiro quadrimestre, houve uma relativa melhora em maio: foram registradas 196 demissões líquidas no Maranhão (em contraste com as 1,2 mil do mesmo mês de 2015). Esse foi o número mais baixo do Nordeste. A criação de empregos formais em maio deste ano foi puxada pelo Complexo Sucrialcooleiro e pela Indústria de Transformação vinculada ao Complexo Sucrialcooleiro.

Serviços e Indústria de Transformação apresentaram melhor desempenho em relação ao mês de maio de 2015, contribuindo para a atenuação de mais de mil demissões líquidas no Estado.

- No acumulado de janeiro a maio de 2016, foram registradas no Maranhão 13,6 mil demissões líquidas, contra 8,8 mil no mesmo período de 2015, com piora no desempenho da Construção Civil e do Comércio.
- No mês de maio, foram registradas 196 demissões líquidas no Estado. No mesmo mês de 2015, haviam sido contabilizadas 1,2 mil demissões líquidas.

Tabela 12 - Brasil e Regiões: Geração de Emprego formal no acumulado de 2015* e 2016*, saldo maio 2015 e 2016; e variação absoluta

Localidade	2015*	2016*	mai/15 (a)	mai/16 (b)	Var. absoluta (b-a)
Brasil	-212.967	-448.101	-115.599	-72.615	42.984
1º Centro-Oeste	30.421	8.504	-2.688	-5.320	-2.632
2º Norte	-28.966	-38.227	-7.948	-5.781	2.167
3º Sudeste	-119.010	-219.543	-46.267	-17.335	28.932
4º Nordeste	-142.896	-185.927	-34.803	-20.147	14.656
5º Sul	47.484	-12.908	-23.893	-24.032	-139
1º Maranhão	-8.803	-13.579	-1.262	-196	1.066
2º Alagoas	-24.823	-31.657	-9.627	-813	8.814
3º Piauí	1.396	-8.351	63	-1.043	-1.106
4º Sergipe	-5.498	-11.482	-4.046	-1.563	2.483
5º Paraíba	-11.907	-13.046	-2.125	-2.031	94
6º Rio Grande do Norte	-7.055	-14.731	-1.405	-2.100	-695
7º Ceará	-12.155	-22.983	-1.679	-2.906	-1.227
8º Pernambuco	-60.481	-49.829	-7.303	-3.443	3.860
9º Bahia	-13.570	-20.269	-7.419	-6.052	1.367

Houve redução no nível de emprego formal nas cinco grandes regiões em maio de 2016. No Nordeste, todos os Estados apresentaram saldo negativo nesse mês. Mas o Maranhão registrou o menor número: 196 demissões líquidas.

Fonte: CAGED – MTPS. * Acumulado de janeiro a maio (com ajuste até abril)

- Foram destaques positivos (em maio de 2016): a Indústria de Transformação (+603), em especial a atividade de fabricação de álcool (+698), que pertence à indústria química; e Agropecuária (+401), com destaque para o cultivo da cana de açúcar (+619).
- Na comparação com maio de 2015, a Indústria de Transformação gerou 303 postos de trabalho a mais, enquanto a Agropecuário perdeu 45 vagas.

Tabela 13 - Maranhão: Geração de emprego formal de 2014 a 2016*, segundo subsectores de atividade; Estoque CLT em 2015; Saldos anual (2014 e 2015), quadrimestral e mensal (2015 e 2016) e Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Geração de empregos		Acumulado		Estoque 2015 (CLT)	Maio		Variação absoluta (b - a)
	2014	2015	2015* (a)	2016* (b)		2015	2016	
Total	1.932	-15.724	-8.803	-13.579	462.846	-1.262	-196	-4.776
Extrativa mineral	-197	-716	-395	-67	1.672	-37	13	328
Ind. de Transformação	-699	-1.776	-144	-846	40.013	300	603	-702
Ind. de prod. minerais não metálicos	-124	-497	-326	-677	8.351	-77	-106	-351
Ind. metalúrgica	-467	-824	-527	-268	5.042	-323	16	259
Ind. mecânica	-606	-103	71	-54	743	10	69	-125
Ind. da madeira e do mobiliário	35	-373	-115	-69	2.106	-39	-24	46
Ind. do papel, papelão, editorial e gráfica	34	-50	39	26	2.463	-14	19	-13
Ind. química de prod. fam., vet.	-202	-176	637	670	5.342	681	658	33
Ind. de alimentos e bebidas	336	214	99	-474	12.016	51	-8	-573
Outras indústrias	335	-343	-107	-4	7.258	-51	-14	103
SIUP ¹	-913	549	642	-371	5.980	457	-32	-1.013
Construção civil	-6.595	-5.314	-4.108	-8.099	50.876	1.365	45	-3.991
Construção de edifícios	-2.692	-9.127	-5.233	-2.802	22.870	-1.720	-127	2.431
Obras de infra-estrutura	-1.496	4.258	588	-4.686	20.280	679	516	-5.274
Serviços espec. para construção	-2.407	-443	-801	-628	7.728	-77	-344	173
Comércio	5.111	-1.182	-2.174	-3.889	150.166	-529	-922	-1.715
Comércio varejista	3.620	-304	-1.690	-3.573	124.056	-323	-727	-1.883
Comércio atacadista	1.491	-878	-484	-316	26.110	-206	-195	168
Serviços	4.791	-5.423	-2.946	-300	184.470	-3.267	-369	2.646
Inst. de crédito, seg.	-4	-43	45	29	6.746	-12	14	-16
Com. e adm. de imóveis, valores	-1.181	3.062	1.180	562	60.240	491	49	-618
Transportes e comunicações	-165	-839	-376	-645	28.040	10	-205	-269
Alojamento, alimentação, etc.	3.754	-6.337	-1.345	-1.838	48.529	-222	-431	-493
Serv. médicos, odont. e vet.	1.648	-2.467	-3.175	956	20.861	-3.539	200	4.131
Ensino	739	1.201	725	636	20.054	5	4	-89
Administração pública	466	-20	118	33	12.602	3	65	-85
Agropecuária	-32	-1.842	204	-39	17.067	446	401	-243

Fonte: MTPS *Acumulado de Janeiro a maio, com ajustes até abril.

¹S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública.

- Entre janeiro e maio de 2016, foram registradas 8 mil demissões líquidas na Construção Civil (58,7% delas em Obras de Infraestrutura). Já no segmento de Construção de Edifícios houve uma atenuação: 2,8 mil demissões líquidas entre janeiro e maio, frente as 5,2 mil do mesmo período de 2015. No segmento Obras de Infraestrutura, por sua vez, registrou-se perda expressiva: 4,7 mil demissões líquidas entre janeiro e maio, em contraste com as 588 contratações líquidas no mesmo período de 2015. **Ver Tabela 13.**
- A maior parte desses resultados se deve à interrupção das obras de duplicação da BR-135 e do Programa Minha Casa Minha Vida (ambos responsabilidade do governo federal).
- Também houve demissões nas obras de duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC-VALE), mas isso ocorreu nos canteiros de obras em que a duplicação já foi concluída. Esse empreendimento possui outros canteiros de obras e, além disso, prevê a ampliação dos investimentos neste ano (frente a 2015).
- São, aliás, as obras de duplicação da Estrada de Ferro Carajás que explicam boa parte do resultado observado em maio: em contraste com o que aconteceu no acumulado do primeiro quadrimestre, houve nesse mês geração líquida de empregos celetistas no subsetor de Construção Civil (+45), em especial nos

municípios de Vitória do Mearim (+335) e Santa Inês (+218).

- O subsetor Comércio, com 3,9 mil desligamentos líquidos entre janeiro e maio de 2016, concentrou as demissões no segmento Comércio Varejista (92%), do qual a atividade Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios foi responsável pela eliminação de 780 postos de trabalho.

Municipal

Complexo Sucroalcooleiro e Construção Civil: principais responsáveis pela criação de empregos formais em maio de 2016

As atividades ligadas à produção de etanol contribuíram expressivamente para a geração de empregos formais em Campestre do Maranhão e Aldeias Altas. Em Campestre do Maranhão, o bom desempenho no setor Agropecuário pauta-se no segmento Cultivo de Cana-de-Açúcar (+625). Já em Aldeias Altas, a criação de emprego formal foi mais expressiva na Indústria de Transformação (+531), em especial na atividade Fabricação de álcool (+531).

Tabela 14 - Municípios Maranhenses: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratação em maio de 2016

Ordem	Município	Extrativa Mineral	Indústria Transf.	SIUP ¹	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
	Total	13	603	-32	45	-922	-369	65	401	-196
1ª	Campestre do Maranhão	0	125	0	0	-2	2	0	626	751
2ª	Aldeias Altas	0	531	0	0	-2	0	0	0	529
3ª	Vitoria do Mearim	0	0	0	335	-2	-2	0	-1	330
4ª	Santa Inês	0	2	0	218	-20	18	0	6	224
5ª	Imperatriz	-6	12	-4	117	-99	57	0	9	86
6ª	Vila Nova dos Martirios	0	0	0	139	1	-1	0	-78	61
7ª	Governador Edison Lobao	0	26	0	0	2	1	0	-3	26
8ª	Urbano Santos	0	2	0	0	-1	1	0	15	17
9ª	Pindare Mirim	0	-2	0	0	19	0	0	0	17
10ª	Pedreiras	0	5	0	1	-4	12	0	2	16
207ª	Bacabal	0	-10	-3	-2	-15	-13	0	2	-41
208ª	Paco do Lumiar	0	5	-4	-13	-28	5	0	-9	-44
209ª	Tasso Fragoso	0	0	0	0	-11	1	0	-54	-64
210ª	São José de Ribamar	0	-9	0	20	-11	-69	0	0	-69
211ª	Itapecuru Mirim	0	-38	0	1	-34	0	0	-2	-73
212ª	Grajaú	-4	13	0	-88	13	10	0	-19	-75
213ª	Caxias	0	-5	2	-17	-14	-43	0	-2	-79
214ª	Açailândia	0	27	0	-243	-65	50	0	126	-105
215ª	Balsas	12	-16	-2	-21	-46	-20	0	-150	-243
216ª	Timon	0	-20	-7	-428	3	-11	0	0	-463
217ª	São Luís	-2	35	-5	27	-476	-340	67	21	-673

Fonte: CAGED – MTPS.

¹SI.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública.

A Construção Civil também foi preponderante na criação de empregos formais, especialmente nos municípios de Vitória do Mearim, Santa Inês e Imperatriz, com predominância nos segmentos Construção de Rodovias e Ferrovias (+335; +214) e Instalações Elétricas (+120), respectivamente.

Quanto às demissões líquidas em maio de 2016, estas foram mais expressivas nos municípios de:

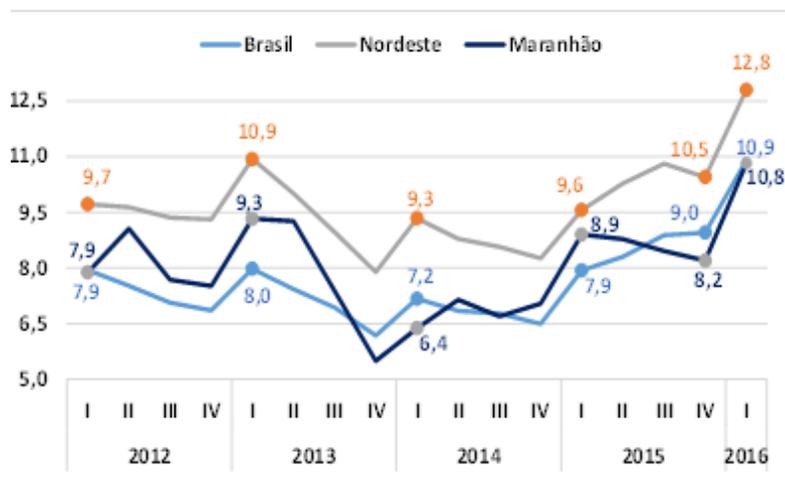
- São Luís (-673) – o setor terciário demitiu liquidamente 816 trabalhadores com carteira assinada, com predominância nos segmentos Comércio varejista de artigos do vestuário e

acessórios (-69) e Atividades de vigilância e segurança privada (-155).

- Timon (-463) e Açailândia (-105) – o setor da Construção civil foi o principal responsável pelos desligamentos líquidos, sendo mais expressivos nas atividades Instalações Elétricas (-430) e Construção de obras de arte especiais (-244), respectivamente.
- Balsas (-243) – o setor agropecuário concentrou as maiores demissões líquidas, com destaque para o segmento Cultivo de Soja (-76).

Taxa de desocupação alcança maior registro para o Maranhão, o Nordeste e o país desde o início da série

Gráfico 19 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, por trimestres de 2012 a 2016, (em %)

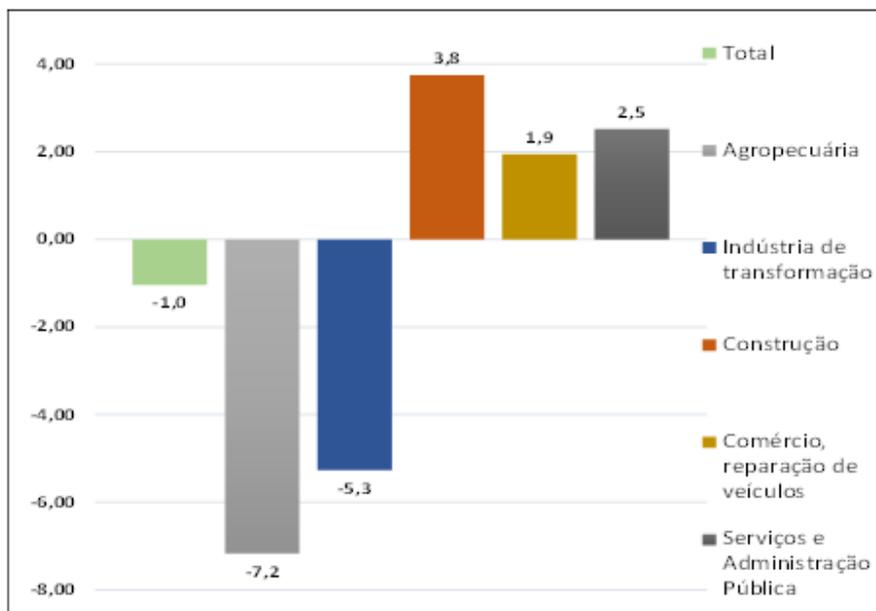


Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Após sucessivas quedas na taxa de desocupação maranhense ao longo de 2015 (como se pode observar no gráfico), a taxa subiu para 10,8% no primeiro trimestre de 2016. É uma alta de 1,9 ponto percentual frente ao primeiro trimestre de 2015. A taxa de 10,8% é a maior desde o início da pesquisa, em 2012. Esse movimento de alta é semelhante ao observado no país e na Região Nordeste.

Número de ocupados do Estado cai 1% no primeiro trimestre, principalmente na Indústria (-11,3%) e na Agropecuária (-7,2%)

Gráfico 20 - Taxa de Crescimento do Número de Ocupados por Grupamentos de Atividade Econômica - 1º Trl 2016 em relação ao 1º Trl de 2015, Em (%)



Os setores Construção Civil, Serviços e Comércio e apresentaram desempenhos positivos, com taxas de crescimento de 3,8%, 2,5% e 1,9%, respectivamente. Em contraponto, as maiores retrações no volume de ocupados foram registradas no segmento Indústria da transformação, que caiu 5,3%, e na Agropecuária, com queda de 7,2%.

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

O desempenho do setor industrial está relacionado com o baixo dinamismo do mercado externo, tendo em vista que os principais produtos do setor vêm registrando queda expressiva nos preços, a exemplo da Alumina Calcinada (-21,6%) e do Ferro gusa (-42,9%). Tais retrações podem ter impactado a redução dos investimentos, a produção e o emprego, com utilização da capacidade instalada efetiva muito abaixo do usual.

Quanto ao setor Terciário, observou-se crescimento da ocupação tanto no segmento do Comércio quanto nos demais Serviços. A análise dos

dados do emprego formal, em que se registraram demissões líquidas nesses segmentos, sinaliza que o aumento de ocupados foi direcionado a formas precárias de ocupação.

Clima prejudica Agropecuária: perda de 52,3 mil ocupações (7,2%) no primeiro trimestre

- A Agropecuária é responsável por cerca de 26% das ocupações (empregos formais e informais) no Maranhão.
- O setor perdeu 52,3 mil ocupações na comparação entre o primeiro trimestre de

2016 (quando registrou cerca de 673 mil ocupados) e o primeiro trimestre de 2015 (quando havia registrado cerca de 725 mil ocupados). Isso representa uma queda de 7,2%.

- Principal causa dessa queda: fatores climáticos, especialmente a estiagem decorrente do fenômeno “El Niño”, que atingiu mais violentamente o sul do Estado.
- Houve redução de 73,7 mil ocupações nas categorias “conta própria” e “trabalhador familiar não-remunerado” (ocupações precárias nas quais predomina a agricultura familiar) nesse período.
- Por outro lado, aumentou o número de assalariados no campo (+21,4 mil) nesse período – sendo a maior parte empregos informais, ou seja, também são ocupações precárias.
- Na classificação por atividade, a Lavoura Consorciada (quando há vários cultivos na mesma unidade produtiva) foi o segmento da Agropecuária maranhense com maior queda nas ocupações no período em questão: -159 mil.
- Já o cultivo de mandioca foi o segmento com o maior aumento nas ocupações nesse período: +89,9 mil.
- O rendimento médio dos ocupados nesse setor caiu 4,6% durante esse período.

Com os dados acima, pode-se deduzir que boa parte dos que deixaram a Lavoura Consorciada desistiram de plantar ou migraram para o cultivo de mandioca. A migração acontece quando o agricultor substitui cultivos sensíveis à falta de chuva por outro mais resistente – como é o caso da mandioca.

Também se pode deduzir que uma pequena parte dos que deixaram a Lavoura Consorciada se tornaram trabalhadores assalariados no campo. Mas deve-se ressaltar que esses novos assalariados são trabalhadores sem registro em carteira, ou seja, continuam em ocupações precárias.

Deve-se notar ainda que, ao se tornarem assalariados, uma parte dos trabalhadores “conta própria” deixa de demandar o auxílio dos que os auxiliavam como “trabalhador familiar não-remunerado”.

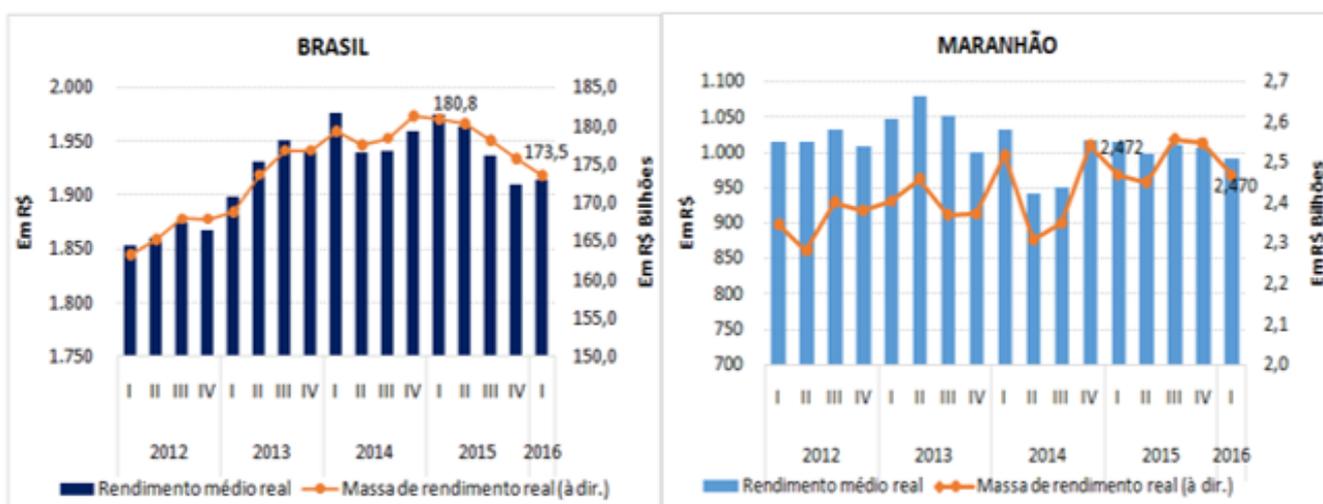
Rendimento médio real da população ocupada no Maranhão cai 2,5% no primeiro trimestre frente a igual período de 2015

- No Brasil, o rendimento médio real da população ocupada caiu 3,1% no primeiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015. No Maranhão, a redução foi de 2,5%, na mesma base de comparação.
- Já em relação ao quarto trimestre de 2015, o rendimento médio real no primeiro trimestre de 2016 caiu 1,5% no Maranhão, mas subiu 0,3% no país.

- A informação acima, na qual o desempenho estadual foi pior que o nacional, pode ser a explicação para o que aconteceu com a massa real de rendimentos: a queda no Maranhão (-3,1%) foi maior que a do país (-1,3%) na comparação entre o primeiro trimestre de 2016 e o quarto trimestre de 2015.

- Uma das explicações para o comportamento descrito acima é o aumento de participação dos ocupados no setor público no Maranhão, que ganhou mais 107 mil ocupados, com um crescimento no rendimento médio real de 3% no primeiro trimestre de 2016, em relação ao primeiro trimestre de 2015.

Gráfico 21 - Rendimento Médio Real (Em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões): Brasil e Maranhão - 1º tri/2012 a 1º tri/2016, Inflacionados pelo IPCA a preços de fev/16



Fonte: IBGE/ PNAD Contínua Trimestral/IBGE

- No acumulado de 12 meses até o primeiro trimestre de 2016, o indicador permaneceu estável no Maranhão (0,0%) e caiu 1,0% no país, na comparação com os doze meses encerrados em dezembro de 2015.

A **Tabela 15** ilustra a distribuição do número de ocupados segundo a posição na ocupação e as categorias de emprego no Maranhão e no Brasil. Pode-se observar que há a ampliação de formas mais precárias de ocupação em detrimento do emprego

formal, tanto no plano nacional quanto no estadual. Destaca-se o trabalho por conta própria, que cresceu 1,9 ponto percentual no país e 1,1% no Maranhão, comparando-se o primeiro trimestre de 2016 ao mesmo período de 2015.

Tabela 15 - Percentual das pessoas ocupados, por posição na ocupação e categoria de emprego, no 1º trimestre - 2012 a 2016 - MA e BR

Posição na ocupação - Brasil	1º trimestre					V. Ab. 16-15
	2012	2013	2014	2015	2016	
Total da ocupação (Em mil)	88.041	89.443	92.875	92.245	90.639	-1.384
Porcentagem (%)						
Empregados c/ CLT	42,0	42,4	42,9	42,0	41,9	-0,9
Servidores públicos	8,5	8,5	8,5	8,5	8,6	0,1
Empregados s/ Carteira	19,6	18,9	18,1	17,9	17,4	-0,3
Conta Própria	23,4	22,9	23,4	24,8	25,6	1,9
Trabalhador Aux. Familiar	2,7	3,1	2,8	2,5	2,4	-0,5
Empregadores	3,9	4,1	4,2	4,3	4,1	-0,3
Posição na ocupação - Maranhão	2012	2013	2014	2015	2016	V. Ab. 16-15
Total da ocupação (Em mil)	2.478	2.449	2.627	2.630	2.572	-27
Porcentagem (%)						
Empregados c/ CLT	19,8	19,6	20,2	17,9	17,5	-1,8
Servidores públicos	8,5	8,6	8,0	8,1	8,2	0,5
Empregados s/ Carteira	24,1	23,4	23,3	24,3	24,5	1,8
Conta Própria	38,9	40,1	40,8	42,9	42,6	1,1
Trabalhador Aux. Familiar	6,6	6,7	5,8	5,4	5,5	-1,6
Empregadores	2,1	1,7	1,8	1,4	1,6	-0,1

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

3.9 Finanças Públicas

3.9.1 Receitas Estaduais

Medidas do governo levaram ao aumento das Receitas Tributárias (8,1%), o que suavizou os impactos da redução das Transferências Correntes (-14,3%). Como resultado, a Receita Total do Estado encerrou o primeiro quadrimestre com uma redução real de 1,7%.

- As medidas do governo maranhense para elevar a eficiência na arrecadação, implementadas desde o início de 2015, têm papel contracíclico na Receita Total do Estado, que encerrou o primeiro quadrimestre de 2016 com redução real de 1,7% (R\$ -76,3 milhões) frente ao mesmo período de 2015. **(Ver Tabela 16).**
- Essas medidas resultaram em crescimento real de 11,7% nas Receitas Próprias (+257,7 milhões) e de 8,1% na Receita Tributária (R\$ +169,8 milhões) no primeiro quadrimestre de 2016. Isso suavizou a redução real de 14,3% (-R\$ 437,8 milhões) das Transferências Correntes, as quais representam 44,9% do total das receitas (razão de dependência).
- A Receita de Capital apresentou os primeiros registros do ano: mais uma parcela do empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 100 milhões, e R\$ 3,8 milhões da Operação BID/SEFAZ.

Tabela 16 - Evolução das Receitas do Estado de 2014 a 2016* (Valores Constantes em R\$ Milhão, inflacionados pelo IPCA até abril de 2016)

Receitas	2014	2015	2015*	2016*	Crescimento (%)		Var. Absoluta	
					2015/ 2014	2016*/ 2015*	2015 - 2014	2016*- 2015*
Receita Total	14.253,2	13.377,7	4.530,1	4.453,8	-6,1	-1,7	-875,5	-76,3
Receita Corrente	15.266,6	14.820,5	5.251,2	4.996,2	-2,9	-4,9	-446,1	-254,9
Receita Tributária	6.615,5	6.533,9	2.104,3	2.274,1	-1,2	8,1	-81,6	169,8
ICMS	5.488,4	5.348,2	1.777,0	1.868,3	-2,6	5,1	-140,2	91,4
IPVA	381,1	379,0	239,4	199,9	-0,6	-16,5	-2,2	-39,5
IRRF	510,7	560,8	0,5	99,3	9,8	20.652,8	50,1	98,8
ITCMD	9,9	15,9	4,1	3,5	60,9	-16,4	6,0	-0,7
Taxas	225,5	230,0	83,3	103,1	2,0	23,7	4,5	19,8
Demais Rec. Tributárias	1.127,1	1.185,7	327,3	405,7	5,2	24,0	58,5	78,4
Receita Patrimonial	136,9	154,9	41,1	51,8	13,2	26,1	18,0	10,7
Receita de Serviços	2,4	11,0	0,6	0,7	359,2	14,6	8,6	0,1
Transferências Correntes	8.370,7	7.927,8	3.053,4	2.615,6	-5,3	-14,3	-442,9	-437,8
Outras Receitas Correntes	141,1	192,9	51,8	54,1	36,7	4,4	51,8	2,3
Receita de Capital	1.062,0	574,9	-	178,6	-45,9	-	-487,1	178,6
Operações de Crédito	1.048,2	571,7	-	103,8	-45,5	-	-476,5	103,8
Op. de crédito internas	1.039,0	569,2	-	100,0	-45,2	-	-469,7	100,0
Op. de crédito externas	9,3	2,5	-	3,8	-73,3	-	-6,8	3,8
Alienação de Bens	1,1	0,5	-	-	-57,0	-	-0,6	-
Transferência de Capital	12,6	2,7	-	-	-78,3	-	-9,9	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	74,8	-	-	-	74,8
Deduções da Receita**	-2.075,4	-2.017,7	-721,0	-721,0	-2,8	-	57,7	-
Receitas Próprias¹	6.897,0	6.893,2	2.197,7	2.455,4	-0,1	11,7	-3,9	257,7
Receitas Transferidas²	7.356,2	6.484,5	2.332,4	1.998,4	-11,8	-14,3	-871,7	-334,0
Nível de Dependência (%)³	51,6	48,5	51,5	44,9	--	--	--	--
Rec. Tributária/Rec. Total (%)	46,4	48,8	46,5	51,1	--	--	--	--
ICMS/Receitas Tributárias (%)	83,0	81,9	84,4	82,2	--	--	--	--

Fonte: SEPLAN/MA

*Janeiro a Abril ** Devido a problemas de ordem técnica, em 2016* admitiu-se a um valor da dedução igual ao de 2015*.

1. Receitas Próprias: (Rec. Corrente menos Transferências Correntes) + (Rec. de Capital menos as Operações de Crédito e Transferências de Capital);

2. Rec. Transferidas: trata-se do somatório das Transferências Correntes, Operações de Crédito, Transferência de Capital e das Deduções da Receita;

3. Nível de dependência Fiscal: Rec. Transferidas em relação à Receita Total.

- Devido às medidas do governo (**ver Quadro 1**), o Maranhão registrou um crescimento de 8,1% na arrecadação do Brasil no primeiro quadrimestre de 2016.
- Houve um significativo esforço de revisão e eliminação de incentivos fiscais concedidos pontualmente a grupos empresariais.

- Destaque para a alta na alíquota básica de incidência do ICMS nas operações internas: de 17% para 18% em 1º de janeiro de 2016. O ajuste também ocorreu em 20 outros Estados¹³, incluindo o Distrito Federal.

Quadro 1 - Principais medidas adotadas pela SEFAZ/MA em 2015 e 2016 (e seus respectivos impactos fiscais)

MEDIDA	DATA DA NOTIFICAÇÃO	DATA DE REFÊNCIA	REGULAMENTAÇÃO	IMPACTO ECONÔMICO
Dispõe sobre a dispensa dos juros e das multas punitivas e moratórias de débitos fiscais relacionados ao IPVA.		A partir de 20/01/2015	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 188	
MAIS Empresas		A partir 30/04/2015	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 200	
Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao ICMS - "REGULARIZE-SE"		A partir 10/7/2015	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 206	
Operação conjunta entre a SEFAZ e Receita Federal do Brasil	16/05/2016	De 2011 a 2015	Após elaboração de um relatório, produzido pela SEFAZ, com os dados da Nota Fiscal Eletrônica da Receita Federal	R\$ 9,6 milhões de ICMS
Operação conjunta entre a SEFAZ e AGED no monitoramento de gado no território maranhense	02/05/2016	Desde nov/2015	Foi identificado venda de gado com sonegação de imposto da ordem de R\$ 200 milhões, por meio do cruzamento de dados com a Guia de Transporte Animal - GTA	R\$ 25 milhões de ICMS
Notificação SEFAZ	25/04/2016	De jan/2012 a dez/2015	Foi realizado um cruzamento de dados, pela SEFAZ, no qual constatou que as empresas omitiram quase R\$ 1 bilhão em vendas	R\$ 30 milhões de ICMS, por considerarem as alíquotas do Simples
Intimações fiscais	18/04/2016	De 2012 a 2015	As intimações resultam da diferença entre o faturamento declarado pelas empresas à SEFAZ e o faturamento não declarado na venda de mercadorias com cartão. Essa discrepância é da ordem de R\$ 90 milhões	R\$ 20,8 milhões de ICMS
Notificação SEFAZ	11/04/2016	De 2011 a 2015	Venda de mercadorias e serviços não declarados a SEFAZ, ferindo, dessa maneira, o artigo 1º, inciso I da Lei Federal 8.137/1990	R\$ 1 bilhão e 300 milhões

Fonte: Notícias SEFAZ/MA

- A deterioração do quadro fiscal nacional explica a queda das Transferências Correntes a partir de 2015. No primeiro quadrimestre deste ano, o aprofundamento da recessão levou a uma

contração real de 5,5% na arrecadação federal.

- Destaca-se a queda real de 4,8% na arrecadação do Imposto de Renda (R\$ - 6,2 bilhões) e de 20,2% na do Imposto sobre Produtos Industrializados (R\$ -3,6

¹³ Os Estados que subiram a alíquota do ICMS em 2016 foram: Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Tocantins, São Paulo, Goiás, Sergipe,

Minas Gerais, Maranhão, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro.

bilhões). Os dois impostos são a base do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que corresponde a 74% das Transferências Correntes destinadas ao Maranhão.

- No primeiro quadrimestre de 2016, registrou-se na cota-parte do FPE do Maranhão queda real de 12,9% (R\$ -286,9 milhões). A complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, segunda maior Transferência Corrente para o Estado, registrou recuo real de 34% (R\$ -132,5 milhões). **(Ver Tabela 17).**

Tabela 17 - Transferências Correntes para o Maranhão, crescimento real (%), participação (%) e Var. absoluta (R\$ Milhão) - entre 2015* e 2016* (Valores Constantes em R\$ Milhão Inflacionado pelo IPCA até abril de 2016)

PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	Valor (R\$ milhão)		Participação (%)		Cresc. %	Variação Absoluta
	2015*	2016*	2015*	2016*		
Total	3.053,4	2.615,6	100,0	100,0	-14,3	-437,8
Cota-Parte Fundo Partic. Dos Estados e DF	2.222,3	1.935,4	72,8	74,0	-12,9	-286,9
Transf. Complementação FUNDEB	390,1	257,6	12,8	9,8	-34,0	-132,5
Transf. Recur. Sist. Único Saúde -SUS Fundo a Fundo	133,7	113,6	4,4	4,3	-15,0	-20,0
Transferência Recurso do Fundeb.	231,6	215,4	7,6	8,2	-7,0	-16,2
Transferências De Instituições Privadas	10,6	0,0	0,3	0,0	-99,9	-10,5
Cota-Parte Fundo Especial do Petróleo-FEP	19,3	14,7	0,6	0,6	-23,8	-4,6
Transf. de Recurso do FNDE	16,2	13,0	0,5	0,5	-20,1	-3,3
Cota Parte ICMS Exportação LC 87/96	8,9	6,2	0,3	0,2	-30,5	-2,7
Transf Financ. do ICMS Desoneração	8,9	8,3	0,3	0,3	-7,7	-0,7
Outras Transferências Correntes	11,8	51,5	0,4	2,0	336,0	39,7

Fonte: SEPLAN/MA *Acumulado Janeiro a Abril.

3.9.2 Despesas Estaduais

Investimentos e Serviço da Dívida puxam o crescimento da Despesa Total no primeiro quadrimestre de 2016.

- A Despesa Total do Maranhão apresentou crescimento real de 11,9% (R\$ +467,8 milhões) no primeiro quadrimestre de 2016. Principal causa: elevação dos gastos com Investimentos (R\$ +187,7 milhões) e Serviço da Dívida (R\$ +174,7 milhões). **(Ver Tabela 18).**
- Os Investimentos voltaram a subir após trajetória de declínio durante o ano de 2015.

- A alta da Dívida é explicada pela integração das liberalizações do BNDES no Serviço da Dívida; pela elevação da taxa de juros Selic e dos índices de inflação (IPCA e IGP-DI) no caso da dívida interna; e pela desvalorização do real frente ao dólar no caso da dívida externa.
- Em termos de volume, as maiores categorias de despesas do Estado são Pessoal e Encargos Sociais (42,2% da Despesa Total) e Outras Despesas Correntes (39,0% da Despesa Total).
- No ano passado, a rubrica Pessoal e Encargos Sociais registrou significativo crescimento real: 5,8% (R\$ +358,2 milhões), fruto das medidas¹⁴ de contratação de Pessoal, reajuste, recomposição e progressão salarial.

Tabela 18 - Evolução e Composição das Despesas por Grupos de Natureza a Valores Constantes (R\$ Milhão1) e Crescimento (%) – 2013 a 2016*

Despesas por Grupo de Natureza	Valores Constantes (R\$ milhão)				Cresc. (%)		Var. Abs. (R\$)	
	2014	2015	2015*	2016*	2015/ 2014	2016* /2015*	2015 - 2014	2016* - 2015*
Despesa Total	14.773,4	13.673,3	3.930,8	4.398,6	-7,4	11,9	-1.100,1	467,8
Despesa Corrente	12.252,9	12.158,9	3.620,0	3.764,3	-0,8	4,0	-94,0	144,4
Pessoal e Encargos Sociais	6.136,0	6.494,2	1.840,0	1.856,4	5,8	0,9	358,2	16,4
Juros e Encargos	300,1	375,7	153,4	192,4	25,2	25,4	75,5	39,0
Outras Despesas Correntes	5.816,8	5.289,0	1.626,6	1.715,6	-9,1	5,5	-527,8	89,0
Despesa de Capital	2.520,4	1.514,4	310,9	634,3	-39,9	104,0	-1.006,0	323,4
Investimentos	2.231,6	1.066,4	144,0	331,8	-52,2	130,3	-1.165,2	187,7
Inversões Financeiras	-	1,1	-	-	-	-	1,1	-
Amortização de Dívida Externa	288,8	446,9	166,8	302,5	54,8	81,3	158,1	135,7
Serviço da Dívida²	588,9	822,6	320,2	494,9	39,7	54,6	233,7	174,7

Fonte: SEPLAN/MA * Janeiro a Abril

1. Inflacionados pelo IPCA até abril de 2016 2. Serviço da Dívida: Juros e Encargos + Amortizações.

¹⁴ Elevação do número de servidores (processo seletivo na área de Segurança e Saúde para substituição de pessoal terceirizado), reajuste do piso salarial do

magistério, reajuste do salário mínimo, progressão salarial, recomposição salarial (Polícia Militar e Bombeiros) e readequação de benefícios (Polícia Civil).

- Neste ano, já houve 992 novas admissões, sendo 901 apenas na Polícia Militar. Isso resultou, no primeiro quadrimestre, em crescimento real de 0,9% (R\$ +16,4 milhões) nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais.
- Tais medidas têm duplo efeito: aumentam as Despesas Estaduais, mas, ao mesmo tempo, têm efeito contracíclico (ao atenuar os impactos da recessão sobre o emprego).
- Vale destacar que pesquisa¹⁵ do IBGE de 2014 mostrou que o Maranhão apresentava a pior taxa do país de policiais militares por habitante: um PM para cada 881 habitantes. A média nacional é de um agente para cada 473. As contratações na área de segurança visam melhorar essa estatística.
- Já Outras Despesas Correntes, após sistemática redução em 2015 (devido a controle de gastos, renegociação de contratos e substituição de contratos terceirizados pela realização de seletivos e concursos), cresceu 5,5% no primeiro quadrimestre de 2016 (R\$ +89,0 milhões).
- A alta de Outras Despesas Correntes foi puxada pelas seguintes rubricas: Sentenças Judiciais (R\$ +58,0 milhões) e Transferências a Municípios – distribuição de receitas (R\$ +30,8 milhões).
- Mas o aumento dessas duas rubricas não anula a reavaliação dos gastos com custeio, pois as sentenças são pagas com recursos dos

depósitos judiciais, enquanto as transferências a municípios são "vinculadas" (os repasses aumentam quando a arrecadação cresce).

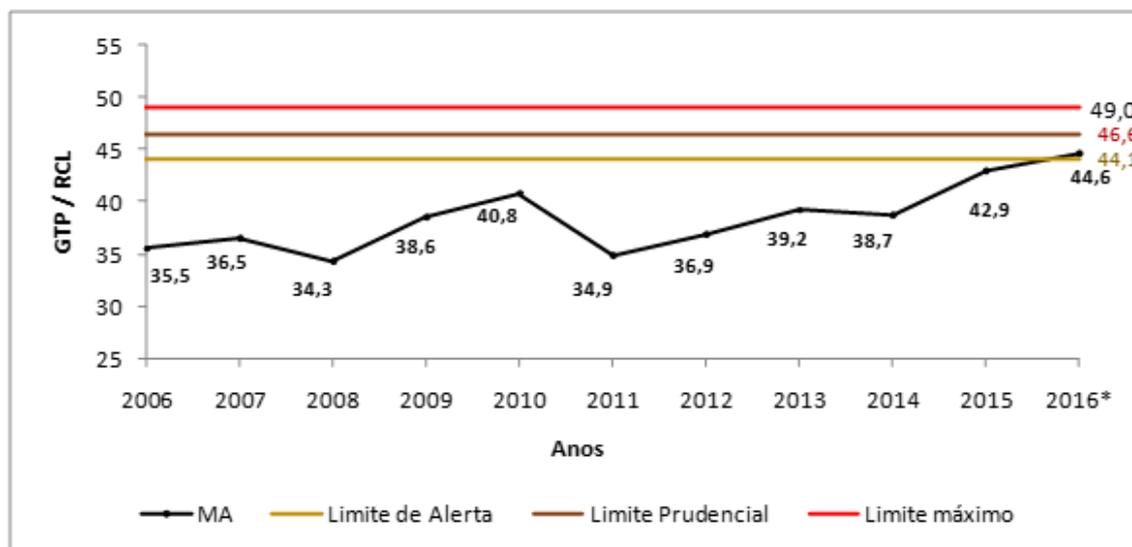
3.9.3 Responsabilidade Fiscal

A contratação de pessoal e os aumentos salariais implementados pelo governo do Estado tiveram impacto nominal de R\$ 887,9 milhões no Gasto Total com Pessoal, elevando a relação DTP/RCL para 44,6%

- O Maranhão encerrou 2015 respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. A relação Despesa Total com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (DTP/RCL) foi de 42,9% em 2015 – o limite máximo é de 49%. Já o percentual da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) fechou 2015 em 60,2% – o limite máximo é de 200%.

¹⁵ Pesquisa de Informações Básicas Estaduais e Municipais 2014, realizada pelo IBGE.

Gráfico 22 - Relação Despesa Total com Pessoal e Receita Corrente Líquida - Maranhão e limites estabelecidos pela LRF – 3º Quadri/06 ao 3º Quadri/15 e 1º Quadri/2016

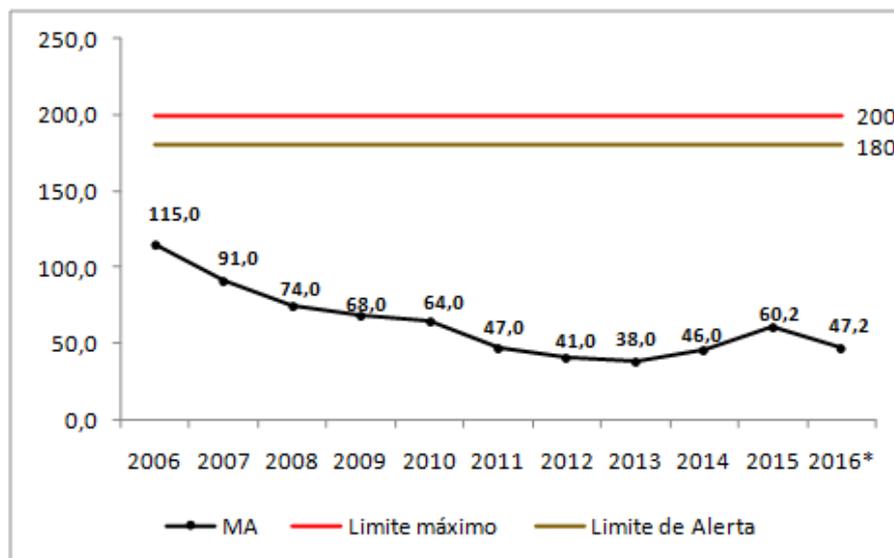


Fonte: STN/SEPLAN-MA *1º Quadri/2016

- As contratações e os aumentos salariais feitos desde 2015 tiveram impacto nominal de R\$ 887,9 milhões nos gastos com pessoal do terceiro quadrimestre de 2014 ao primeiro quadrimestre de 2016. Isso elevou a relação DTP/RCL de 38,7% para 44,6% nesse período, ultrapassando o limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal – que é de 44,1%.

Gráfico 23. Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida – Maranhão e Limite estabelecido pela LRF (em %) – 3º Quadr/06 ao 3º Quadr/15 e 1º Quadr/2016

Em 2015, o Maranhão foi o quinto Estado com a menor relação DCL/RCL do Nordeste: 60,2% (a média da região foi de 65,6%). No primeiro quadrimestre de 2016, essa relação caiu para 47,2% no Maranhão.



Fonte: STN/SEPLAN-MA

- A previsão da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado é que a relação DCL/RCL encerre 2016 próxima ao patamar de 2015, pois a disponibilidade de caixa bruta (reduzidor da dívida consolidada) tende a diminuir ao longo do ano.
- Atualmente, o estoque da dívida do Maranhão com a União (no âmbito da Lei 9.496/1997) é de R\$ 1,1 bilhão. Com a adesão ao projeto de lei que estabelece a renegociação das dívidas dos Estados com a União, a expectativa é que o Maranhão

deixe de pagar cerca de R\$ 60 milhões entre julho e dezembro deste ano¹⁶.

- A suspensão dos pagamentos das dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, cujos termos ainda não estão definidos, pode levar a uma economia de 120 milhões neste ano.

Somadas as economias resultantes dos acordos citados acima (com a União e o BNDES), pode-se chegar a um valor de R\$ 400 milhões até 2018. Caso isso se confirme, o Maranhão poderá ampliar seus investimentos.

¹⁶ Para coletar esses dados, o IMESC contou com a valiosa contribuição do Subsecretário da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Maranhão

(SEPLAN), Marcello Duailibe, e dos técnicos da SEPLAN Daniel Sá, Eduardo Henrique Pereira e Jacksson dos Santos.

Será uma alternativa importante em um contexto de redução das transferências federais (a qual deve continuar até 2017). Por outro lado, o Estado terá que implementar várias medidas de ajuste fiscal e limitar seus gastos de acordo com a variação da inflação do ano anterior – condição exigida na renegociação das dívidas com a União.